



Monica Giorgia Carcangiu

As Atividades de Investigação e Desenvolvimento

Um estudo sobre o setor farmacêutico

Relatório de Estágio de Mestrado em Contabilidade e Finanças, apresentado à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

COIMBRA, 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Monica Giorgia Carcangiu

As Atividades de Investigação e Desenvolvimento

O caso do setor farmacêutico

Relatório de Estágio de Mestrado em Contabilidade e Finanças, apresentado
à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do
grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Ana Maria Gomes Rodrigues

Coimbra, 2016

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Giorgio e Morgana, a minha maior força e certeza.

Ao Alessandro, por ser irmão e amigo, sempre.

À Doutora Ana Maria Rodrigues, pela sua orientação, disponibilidade e preciosos conselhos.

A todos os colaboradores da Bluepharma, pelos ensinamentos transmitidos e os bons momentos juntos.

E ao Luís, pelo caminho que percorremos juntos, pelo apoio incondicional, compreensão e por sempre acreditar em mim.

Obrigada!

Grazie!

RESUMO

O presente relatório foi realizado no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças (MCF) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, procurando apresentar o estágio curricular desenvolvido na empresa Bluepharma Industria Farmacêutica S.A..

A indústria farmacêutica destaca-se como uma das mais inovadoras entre os setores produtivos, apostando fortemente no investimento em ativos intangíveis e, mais precisamente, pela grande ênfase na atividade de investigação e desenvolvimento (I&D). Assim, uma vez que o estágio decorreu numa empresa do setor farmacêutico, optamos por realizar uma análise sobre as atividades de I&D desenvolvidas pelas empresas farmacêuticas em Portugal e sobre o nível de investimento das mesmas neste tipo de atividades. Adicionalmente, analisamos o tipo de informação divulgada sobre as atividades de I&D nos Relatórios e Contas das empresas cotadas em países da zona euro no mesmo setor da Bluepharma.

O relatório inclui na Parte I a apresentação e caracterização da entidade de acolhimento, passando de seguida para a descrição das principais atividades desenvolvidas ao longo do estágio. Na Parte II é feita a descrição dos principais conceitos teóricos e normativos no tratamento dos recursos intangíveis, em particular no que se refere a atividades de I&D. Por fim, na Parte III é apresentado o estudo empírico.

A realização deste estágio permitiu-me entrar em contacto com a realidade profissional assim como consolidar conhecimentos adquiridos no MCF através da sua aplicação prática em contexto de trabalho, em particular, permitiu-me aprofundar conhecimentos associados com a contabilização de atividades de investigação em desenvolvimento no sector farmacêutico.

Palavras-chave: Contabilidade; Atividades de I&D; Setor Farmacêutico; Divulgações.

ABSTRACT

This report was done as part of the Master in Accounting and Finance (MAF) of the Faculty of Economics of the University of Coimbra, seeking to present the internship developed in the Bluepharma Industrias Farmaceuticas S.A. company.

The pharmaceutical industry is one of the most innovative amongst all of the business sectors, betting strongly in investment in intangible assets, and, more precisely for the great emphasises on research and development (R&D) activities. For this reason, we choose to conduct an analyse about the R&D activities developed by the pharmaceutical companies in Portugal and about their degree of investment on these activities. Additionally, we analysed the type of information disclosure about R&D activities in the Annual Report of Eurozone stock market listed companies in the same sector as Bluepharma.

This report includes in Part I the presentation and characterization of the guest entity, then we move on to the main activities preformed during the internship. On Part II a description on the main teorical concepts is done, in particular on what concerns R&D activities. Lastly, in Part III we present the empirical research.

This internship allowed me to come in contact with business reality, as well as to consolidate my knowledge acquired during the MAF, through their practical application in a labour context, in particular, it allowed me to deepen my knowledge associated with R&D accounting and disclosures in the pharmaceutical sector.

Key-words: Accounting; R&D Activities; Pharmaceutical Sector; Disclosures.

LISTA DE SIGLAS

- BADF** – Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras
- CAE** – Código da Atividade Económica
- CC** – Código de Contas
- CFI** – Código Fiscal do Investimento
- CIRC** – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- CIVA** – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
- EBITDA** – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*
- EC** – Estrutura Conceptual
- FDA** – *Food and Drug Administration*
- FSE** – Fornecimento e Serviços Externos
- I&D** – Investigação e Desenvolvimento
- IAS** – *International Accounting Standard*
- IASB** – *International Accounting Standards Board*
- IASC** – *International Accounting Standards Committee*
- IES** – Informação Empresarial Simplificada
- IFRS** – *International Financial Reporting Standards*
- IMI** – Imposto Municipal sobre Imóveis
- IMT** – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
- IRC** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- IS** – Imposto do Selo
- ISO** – *International Organization for Standardization*
- IVA** – Imposto sobre o Valor Acrescentado
- MCF** – Mestrado em Contabilidade e Finanças
- MCTES** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- MDF** – Modelos de demonstrações financeiras
- NCRF** – Norma Contabilística e de Relato Financeiro
- NCRF-PE** – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
- NCRF-ESNL** – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo

NC-ME – Norma Contabilística para Microentidades
NI – Normas Interpretativas
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OHSAS – *Occupational Health and Safety Advisory Services*
PAC – Pagamento Adicional por Conta
PEC – Pagamento Especial por Conta
PME – Pequenas e Médias Empresas
PPC – Pagamento por Conta
RFAI – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento
RITI – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias
SA – Sociedade Anónima
SAP – *Systems, Applications & Products in Data Processing*
SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial
SNC – Sistema de Normalização Contabilística
UE – União Europeia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do Grupo.....	5
Figura 2 – Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis em 2010 (% do valor acrescentado no mercado).....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores económico-financeiros (2012 - 2014).....	7
Tabela 2 - Entidades por projetos de desenvolvimento capitalizados.....	44
Tabela 3 - Despesas em I&D incorridas nos períodos de 2012 e 2013.....	47
Tabela 4 - Peso relativo das despesas de I&D nas vendas das diferentes entidades.....	47
Tabela 5 - Entidades do setor farmacêutico que integravam os principais índices da zona euro no período de 2012 a 2014.....	50
Tabela 6 - Valor do ativo das entidades da amostra no período de análise (2012-2014).....	51
Tabela 7 - Ativos intangíveis e projetos de desenvolvimento na Demonstração da Posição Financeira.....	52
Tabela 8 - Resumo das divulgações efetuadas nos Relatórios e Contas das entidades da amostra.....	57
Tabela 9 - Resultado dos Índices de Divulgação calculados para as entidades da amostra.....	60
Tabela 10 - Índice de divulgação e despesas em I&D.....	61

ÍNDICE

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Lista de siglas.....	vi
Lista de figuras.....	viii
Lista de tabelas.....	viii
Introdução.....	1
Parte I - Estágio Curricular.....	4
Capítulo 1 – Identificação da entidade de acolhimento.....	4
1.1 - Apresentação da Bluepharma.....	4
1.2 – Caracterização económico-financeira da empresa.....	6
Capítulo 2 – Atividades desenvolvidas no decurso do estágio.....	9
2.1 – Descrição das atividades desenvolvidas.....	10
2.1.1 – Arquivo e organização dos documentos.....	10
2.1.2 – Registo de documentos contabilísticos.....	11
2.1.3 – Atividades de controlo interno.....	12
2.1.4 – Obrigações fiscais e elaboração das declarações periódicas.....	14
2.1.5 – Operações de fim de período.....	16
2.2 – Reflexão crítica do estágio.....	17
Parte II – Aspetos teóricos e normativos sobre intangíveis e atividades de I&D.....	19
Capítulo 1 – Atividades de I&D: análise do normativo contabilístico.....	19
1.1 – As normas de relato financeiro: NCRF 6 e IAS 38.....	19
1.2 - Reconhecimento.....	21
1.3 - Mensuração inicial.....	24
1.4 - Mensuração subsequente.....	24
1.5 – A divulgação de informação sobre atividades de I&D	25
Capítulo 2 – Incentivos fiscais à I&D.....	27

2.1 - O regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo e o RFAI.....	27
2.2 – SIFIDE II.....	22
Capítulo 3 – Revisão da literatura.....	30
3.1 - Os recursos intangíveis e a sua relevância.....	30
3.2 - Ativos intangíveis: principais características.....	33
3.3 - Classificação de ativos intangíveis.....	35
3.4 - Atividades de I&D.....	37
3.4.1 A fase de pesquisa.....	39
3.4.2 A fase de desenvolvimento.....	40
Parte III – Estudo empírico.....	41
Capítulo 1 – Enquadramento do estudo empírico.....	41
1.1 - Objetivos do estudo.....	41
1.2 - Questões de investigação.....	42
Capítulo 2 – Atividades de I&D nas entidades farmacêuticas portuguesas.....	43
2.1 - Definição da amostra.....	43
2.2 - Breve caracterização das empresas portuguesas do setor farmacêutico.....	44
2.3 - Análise e discussão dos resultados.....	45
Capítulo 3 – Divulgações sobre I&D.....	49
3.1 - Metodologia.....	49
3.1.1 - Definição da amostra.....	50
3.1.2 - Recolha de dados.....	53
3.1.3 - Análise de conteúdo.....	54
3.1.4 - Índice de divulgação.....	54
3.2 - Análise e discussão dos resultados.....	56
Conclusão.....	63
Referências bibliográficas.....	65
Anexo I.....	70

Introdução

A vertente profissional do Mestrado em Contabilidade e Finanças (MCF) na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra prevê que se realize um estágio curricular com o objetivo de proporcionar um primeiro contacto com a realidade profissional, a aquisição de novos conhecimentos, bem como permitir o desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso de estudo numa vertente mais prática. O estágio curricular foi realizado na Bluepharma, Indústria Farmacêutica, S.A., uma entidade do setor farmacêutico português, e representou uma experiência enriquecedora e desafiante.

Para além do estágio curricular é previsto que se realize um trabalho de investigação numa das áreas de estudos que integra o MCF. Um dos objetivos deste relatório é o de aprofundar os novos conhecimentos adquiridos ao longo do estágio curricular efetuado na entidade de acolhimento, através da investigação num tema central para as entidades farmacêuticas, nomeadamente as atividades de investigação e desenvolvimento (I&D).

A indústria farmacêutica destacou-se como uma das mais inovadoras entre os setores produtivos, apostando fortemente no investimento em ativos intangíveis e, mais precisamente, pela grande ênfase na atividade de investigação e desenvolvimento (I&D), sempre à procura de uma nova fórmula que permita desenvolver um novo medicamento com o fim de comercializá-lo ou vender a patente conseguida. Esta atividade envolve um longo processo, sendo muito difícil estimar a probabilidade de concretização do mesmo. Os testes e análises clínicas exigem grandes investimentos, cuja compensação ocorrerá apenas e se o novo medicamento será introduzido no mercado.

O elevado grau de incerteza e a difícil valorização das atividades de I&D coloca interessantes desafios à contabilidade. O reconhecimento das atividades de I&D, e o facto de se proceder à capitalização dos dispêndios associados às mesmas, é um dos aspetos mais controversos da contabilização dos intangíveis. Vários autores criticam a posição de prudência das normas de contabilidade e defendem a capitalização a tutela da relevância da informação financeira (por exemplo Lev e Zarowin, 1999).

Uma forma de reduzir a assimetria de informação entre as entidades e o mercado é através das divulgações. No caso das atividades de I&D, as divulgações representam um meio para transmitir ao mercado a informação sobre os investimentos realizados, pelos quais não foi possível capitalizar as despesas associadas. Contudo, os investimentos em I&D representam uma informação sensível e que poderia transmitir aos concorrentes informação privilegiada.

Com base nestas premissas, este estudo desenvolve-se numa dúplici vertente. Por um lado procura-se conhecer a contabilização das atividades de I&D nas empresas farmacêuticas em Portugal nos períodos de 2012, 2013 e 2014, procurando relacionar a nossa investigação com entidades que desenvolvem a mesma atividade económica que a entidade que nos acolheu no nosso estágio curricular.

Pelo outro lado, procura-se conhecer quais as principais divulgações sobre as atividades de I&D através de uma análise aos Relatórios e Contas das entidades farmacêuticas. Contudo, o setor farmacêutico em Portugal é caracterizado por empresas de dimensão reduzida, que por definição não proporcionam informação suficiente ao investigador. Por esta razão, para o estudo das divulgações são analisados os Relatórios e Contas (R&C) dos períodos de 2012, 2013 e 2014 das entidades farmacêuticas com ações cotadas nos principais índices bolsistas da zona euro.

Para desenvolver a nossa investigação realizamos uma análise de conteúdos aos R&C das entidades da amostra selecionada e com base nos resultados obtidos calculamos um índice de divulgação.

O relatório de estágio divide-se em três partes. Na primeira parte apresenta-se a entidade de acolhimento, a sua estrutura e atividades principais. A seguir, são resumidas as tarefas principais efetuadas ao longo do estágio e, finalmente, faz-se uma reflexão sobre os objetivos alcançados ao longo do estágio e o resultado da aprendizagem.

Na segunda parte é realizada uma abordagem teórica sobre os ativos intangíveis, particularmente os que resultam das atividades de I&D e a sua relevância. Em seguida é feito o enquadramento normativo com ênfase na identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação das atividades de

desenvolvimento, bem como uma breve descrição dos benefícios fiscais existentes para as entidades que desenvolvem atividades de I&D.

Por fim, o terceiro capítulo centra-se no estudo empírico, definindo a metodologia, a amostra selecionada, a técnica de investigação e a análise dos resultados.

PARTE I – O ESTÁGIO CURRICULAR

Na primeira parte do presente relatório efetua-se, por um lado, uma apresentação da entidade de acolhimento onde decorreu o estágio curricular, a sua estrutura organizacional, a cultura, os valores e a atividade desenvolvida. Por outro lado, faz-se uma descrição das tarefas desempenhadas no decorrer do estágio curricular para a conclusão do Mestrado em Contabilidade e Finanças (MCF) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Finalmente, apresenta-se uma reflexão crítica sobre a experiência realizada, bem como sobre os conhecimentos adquiridos e consolidados no decurso do estágio.

CAPÍTULO 1 - Identificação da entidade de acolhimento

O estágio curricular foi realizado na área da contabilidade financeira no Departamento Financeiro da Bluepharma Indústria, S.A. (doravante designada por Bluepharma ou Empresa), empresa-mãe do Grupo Bluepharma.

1.1 Apresentação da Bluepharma

A Bluepharma é uma empresa farmacêutica de capitais portugueses com a forma jurídica de sociedade anónima, com sede em Coimbra. A localização, próxima dos mais reconhecidos centros de investigação da Universidade de Coimbra, permite à empresa estabelecer parcerias com aqueles centros, assim como parcerias com outros laboratórios locais e internacionais.

A sua atividade desenvolve-se em três áreas distintas:

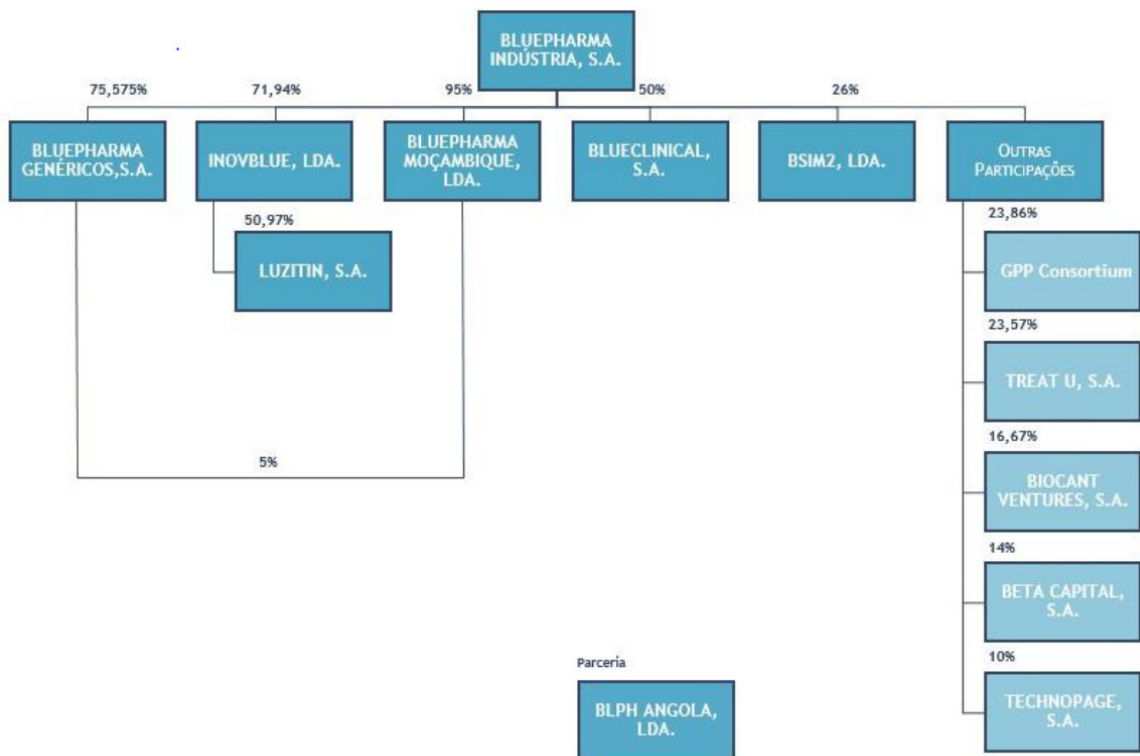
- Produção de medicamentos próprios e para terceiros;
- Investigação, desenvolvimento e registo de medicamentos;
- Comercialização de medicamentos genéricos.

A história da Bluepharma começa em 2001, quando um grupo de amigos e jovens profissionais do setor farmacêutico decidiu adquirir uma das melhores e mais modernas unidades industriais do país, pertencente à multinacional alemã Bayer. A empresa é atualmente gerida pelos mesmos profissionais que a criaram, desempenhando as funções de administradores executivos. Até ao momento, a

Bluepharma recebeu reconhecimentos e prémios devido ao seu alto desempenho empresarial e obteve as certificações em qualidade (ISO 9001/2000), em ambiente (ISO 14001/1999) e em segurança e saúde ocupacional (OHSAS 18000), bem como a certificação da *Food and Drug Administration* (FDA) para o desenvolvimento e produção de formas farmacêuticas sólidas¹, para exportação no mercado norte-americano. Desta forma, a Bluepharma tornou-se a primeira farmacêutica portuguesa a poder exportar medicamentos para o mercado norte-americano.

O empenho conjunto e a dedicação tornaram o Grupo Bluepharma exemplo de excelência e qualidade na indústria farmacêutica. Atualmente o Grupo apresenta a seguinte estrutura organizacional:

Figura 1 – Organograma do Grupo



Fonte: Bluepharma, Indústria Farmacêutica, S.A. - Relatório & Contas 2014

¹ Define-se forma farmacêutica como “o estado final que as substâncias ativas ou excipientes apresentam depois de submetidas às operações farmacêuticas necessárias, a fim de facilitar a sua administração e obter o maior efeito terapêutico desejado”, sendo que os comprimidos e cápsulas encontram-se classificados como formas sólidas (Decreto-Lei nº 176/2006, de 30 de Agosto).

A missão da Bluepharma assenta em “disponibilizar produtos farmacêuticos da mais elevada qualidade a preços competitivos, contribuindo, deste modo, para uma racionalização da despesa no setor de saúde e simultaneamente para a melhoria da qualidade de vida das populações”. A visão da empresa consiste “na aposta contínua no investimento – nas pessoas, nas instalações e em novos equipamentos – com vista a inovar e internacionalizar”. Para concretização da sua missão, a Bluepharma apostou, como ponto de partida, na produção própria dos seus medicamentos com a criação da Bluepharma Genéricos, S.A. que se dedica exclusivamente à comercialização de produtos farmacêuticos genéricos em vários países terceiros, principalmente em Angola, Moçambique e Venezuela. O Grupo Bluepharma é hoje um dos maiores produtores nacionais de medicamentos para exportação, sendo que cerca de 80% do que produz tem como destino o mercado externo.

A inovação na indústria farmacêutica é a chave do sucesso. Por esta razão, a Bluepharma é, de entre as empresas farmacêuticas nacionais, a que mais investe em investigação e desenvolvimento (I&D), segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)².

1.2 Caracterização económico-financeira da empresa

O volume de negócios da Bluepharma tem tido um crescimento rápido e constante ao longo dos últimos anos, até ultrapassar o valor de 35 milhões de euros em 2013. O ano de 2014 é um ano de contra tendência, registando uma diminuição substancial do volume de negócios, que baixou para os 23 milhões, acompanhado por uma significativa diminuição do EBITDA e dos resultados operacionais. A razão principal desta quebra prende-se com o mercado altamente competitivo, em que o número cada vez maior de empresas concorrentes da Bluepharma levou a mesma a uma redução dos preços dos medicamentos.

² Fonte: As Empresas com mais despesa em Atividades de I&D em 2013 (2016). Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Apesar dos recentes resultados desfavoráveis, temos de ter em consideração que tais flutuações são frequentes em empresas em fase de rápido crescimento e que poderia tratar-se de um ano de ajustamento depois de vários anos seguidos de alto crescimento. Adicionalmente, a empresa mantém-se “saudável”, com uma relação margem/volume de negócios constante e uma boa autonomia financeira, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores económico-financeiros (2012-2014)

Rácios/Indicadores económico-financeiros	2014	2013	2012
Estrutura/Endividamento			
Autonomia Financeira (%)	44,50	49,21	45,41
Solvabilidade (%)	80,19	96,90	83,19
Endividamento (%)	55,50	50,79	54,59
Vendas e Serviços Prestados / Capital Próprio (%)	135,04	171,75	157,79
Ativos Não Correntes / Capital Próprio (%)	153,52	130,93	144,44
Débitos Correntes / Capital Próprio (%)	73,17	65,01	69,55
Débitos Correntes / Inventários e Ativos Biológicos (%)	314,46	222,79	223,13
Ativo Não Corrente / (Capital Próprio + Passivo Não Corrente) (%)	102,39	95,16	96,58
Capacidade de Endividamento a Médio e Longo Prazo (%)	66,69	72,68	66,87
EBITDA / Passivo Líquido (%)	19,13	48,58	33,31
Dívidas de Médio Longo Prazo / Ativos Fixos (%)	49,77	40,38	49,05
Passivo / Capital Próprio (%)	124,71	103,19	120,20
Estrutura de Endividamento (%)	59,95	63,57	58,78
Funcionamento			
Rotação de Inventários	5,80	5,89	5,06
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	78,91	55,55	71,18
Rotação do Ativo (%)	60,09	84,53	71,66
Liquidez			
Liquidez Reduzida	0,64	0,66	0,63
Liquidez Geral	0,95	1,10	1,07
Liquidez Imediata	0,07	0,13	0,02
Fundo de Maneio	(621.263,27)	1.358.458,28	941.453,70
Rendibilidade Económica			
Rentabilidade do Ativo (%)	3,59	14,23	14,88
Resultado Antes de Impostos / Ativo (%)	3,10	16,38	13,33
Vendas e Serviços Prestados por Empregado	84.632,18	116.767,61	134.626,01
Resultado Líquido do Período por Empregado	5.061,74	19.663,59	27.958,98
Ativo / Vendas e Serviços Prestados (%)	166,41	118,31	139,55

		15.666.102,4	12.277.444,8
Valor Acrescentado Bruto (Vab)	9.455.105,14	9	2
Vab por Vendas (%)	40,33	44,72	42,22
Rentabilidade Económica (%)	4,29	17,36	14,22
Rentabilidade do Investimento (%)	4,65	24,19	19,63
Rentabilidade Líquida do Ativo (%)	3,38	14,54	20,18
Gastos com o Pessoal / Vendas e Serviços Prestados (%)	23,88	17,27	16,25
Gasto Médio por Empregado	20.212,28	20.160,91	21.878,69
Gastos com o Pessoal / EBIT (%)	334,43	84,06	81,90
Custo Líquido de Financiamento	463.379,21	406.196,49	360.988,45
EBITDA	3.692.431,12	9.100.733,19	7.283.109,17
EBIT	1.674.113,84	7.195.063,66	5.769.903,85
Margem Ebit (%)	7,14	20,54	19,84
Rendibilidade Financeira			
Rentabilidade das Vendas e Serviços Prestados (%)	5,98	16,84	20,77
Rentabilidade do Capital Próprio (%)	8,08	28,92	32,77
Rentabilidade dos Capitais Permanentes (%)	5,39	21,02	21,91
Passivo / Vendas e Serviços Prestados (%)	92,35	60,08	76,18
Passivo / Custo das Vendas (%)	211,81	144,06	166,14
Vendas / Ativo Corrente (%)	189,70	237,68	208,28
Juros e Gastos Similares Suportados / Vendas e Serviços Prestados (%)	2,06	1,16	1,24
Fundo De Maneio / Vendas e Serviços Prestados (%)	-2,65	3,88	3,24
Juros e Gastos Similares Suportados / EBITDA (%)	13,10	4,46	4,96
Margem EBITDA (%)	15,75	25,98	25,05
Cobertura do Ativo Não Corrente (%)	97,67	105,09	103,54

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos da base de dados SABI e nos Relatórios e Contas da Bluepharma.

CAPÍTULO 2 – Atividades desenvolvidas no decurso do estágio

Após uma breve apresentação da entidade de acolhimento, pretende-se neste capítulo descrever as tarefas desempenhadas ao longo do estágio e analisá-las de forma crítica.

O estágio decorreu do dia 2 de fevereiro de 2015 ao dia 5 de junho de 2015, abrangendo uma época do ano em que as atividades do departamento financeiro incluem, tanto tarefas do dia-a-dia, como tarefas pontuais como o fecho das contas e o reporte financeiro, o que veio a revelar-se muito positivo para a minha aprendizagem. A área predominante do estágio foi contabilidade financeira, principalmente contabilização dos documentos recebidos e apoio no cumprimento das obrigações fiscais. Contudo, tive a oportunidade de conhecer o funcionamento das restantes funções do departamento financeiro e de perceber como as mesmas se encontram interligadas e são interdependentes.

O Departamento Financeiro emprega oito funcionários, que desempenham as seguintes funções:

- Planeamento, projetos e compras, isto é, apoio administrativo e burocrático aos projetos desenvolvidos, atividade de planeamento e compra de matérias-primas, produtos e serviços junto dos fornecedores, conforme as necessidades dos departamentos;
- Contabilidade e fiscalidade para todas as empresas do grupo Bluepharma,
- Emissão de faturas a clientes e controlo de crédito;
- Gestão da tesouraria;
- *Controlling e pricing* isto é, controlo de custos e contabilidade analítica, e formação dos preços dos medicamentos.

O Departamento é coordenado pela Dra. Cesaltina Antunes, diretora financeira da Bluepharma Indústria, S.A. e orientadora deste estágio, e pela Dra. Catarina Xavier, diretora financeira do Grupo Bluepharma e responsável pela consolidação das contas.

A Bluepharma proporciona aos novos colaboradores um dia de formação como forma de integração inicial na empresa. São disponibilizadas informações valiosas sobre a atividade da empresa, os seus valores e normas internas, bem

como as normas de higiene e segurança no trabalho. Posteriormente é efetuada uma visita aos vários departamentos da empresa, em que os novos colaboradores são acompanhados pelos respetivos responsáveis, experiência que se revela fundamental para a compreensão dos procedimentos internos e processos de controlo implementados na empresa.

No que toca à formação na área específica objeto do estágio, esta foi proporcionada à medida que foram atribuídas as tarefas a desempenhar. No momento da atribuição de uma tarefa, foi-me sempre disponibilizada a documentação e legislação nacional necessária para aquisição e/ou afinação dos conhecimentos técnicos e de apoio à atividade a desenvolver.

2.1 Descrição das atividades desenvolvidas

2.1.1 Arquivo e organização dos documentos

Os lançamentos contabilísticos são efetuados com base no suporte documental adequado a comprovar a efetiva existência das operações realizadas (Borges et al. 2014). As empresas devem conservar em boa ordem os documentos que comprovam a veracidade das operações realizadas de forma a não incorrerem em sanções por registo de factos indevidos. Por esta razão, a primeira tarefa que me foi atribuída foi a recolha dos documentos recebidos e a organização dos mesmos no arquivo. Os documentos são, num primeiro momento, separados consoante a empresa a que se referem, sendo que as minhas atividades incluíam tanto a contabilização das operações da Bluepharma Indústria, S.A. como de algumas das suas participadas.

O significativo volume de negócios do Grupo Bluepharma exige um elevado grau de organização e uma pronta contabilização dos documentos. Os lançamentos são efetuados normalmente no mesmo dia em que ocorre a receção do comprovativo documental ou, no máximo, no dia seguinte. Os documentos lançados são arquivados em diários diferentes consoante a categoria a que pertencem:

- Diário 51: Faturas recebidas com nota de encomenda, acompanhadas pelas

respetivas guias de remessa e/ou documentos de transporte e notas de crédito;

- Diário 19: Faturas recebidas sem nota de encomenda e notas de crédito;
- Diário 15: Pagamentos efetuados a favor de fornecedores;
- Diário 14: Recebimentos provenientes de clientes;
- Diário 10: Outras operações.

As faturas relacionadas com compras de mercadorias, matérias-primas ou produtos, bem como determinados tipos de serviços, como são os casos da manutenção e reparação, limpezas, honorários, entre outros, são geralmente resultantes de uma nota de encomenda. As faturas sem nota de encomenda incluem determinadas categorias de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) como despesas relacionadas com a energia elétrica, gás, água e outros serviços similares. Os pagamentos e os recebimentos encontram suporte documental nas notas de lançamento de bancos ou comprovativos similares. É de realçar que na Bluepharma a quase totalidade dos pagamentos e recebimentos são efetuados através de transferências bancárias enquanto o dinheiro em caixa apenas é movimentado em operações diversas de baixo montante.

O último diário listado inclui operações heterogéneas, cuja ocorrência menos frequente faz com que os documentos de suporte sejam arquivados no mesmo diário, evitando-se assim a dispersão de informação. De entre as diversas operações que este último diário acolhe, destacam-se a contabilização dos documentos de caixa, dos acréscimos e diferimentos de gastos e de rendimentos, os seguros de acidentes de trabalho e outros seguros, os encargos bancários, os juros de empréstimos obtidos, o mapa de despesas apresentadas pelos colaboradores, assim como regularizações e correções do período.

2.1.2 Registo de documentos contabilísticos

Após a administração e/ou a direção conferir as faturas recebidas, procede-se ao seu registo na contabilidade. Os lançamentos contabilísticos permitem o registo de todos os factos que têm impacto no património ou no resultado da empresa. A contabilização é efetuada por meio de um dos *softwares* de gestão

integrada mais utilizados a nível global: o *SAP* que permite a integração funcional das várias áreas da empresa.

A contabilização das faturas recebidas relativas a materiais encomendados exige mais controlos prévios antes de se proceder ao respetivo lançamento contabilístico. Da mesma forma que acontece com todos os documentos rececionados pela empresa, em primeiro lugar, procede-se à verificação de todos os requisitos legais exigidos, para o cumprimento das formalidades previstas no art. 36.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (doravante CIVA). A falta de elementos necessários na fatura determinará problemas na dedução do imposto em fase de apuramento, razão pela qual é necessária muita cautela neste processo de verificação.

Deve-se, ainda, validar a entrada do material no armazém da empresa e a conformidade com a respetiva nota de encomenda. Todas as compras de matérias-primas, ou produtos, efetuadas pela Bluepharma devem ter a respetiva nota de encomenda, isto é, um documento que é entregue ao comprador com o tipo de produto objeto de compra, as quantidades, o preço e as modalidades de pagamento. Em outras palavras, pode-se afirmar que a nota de encomenda representa a formalização do pedido de compra. Caso a fatura recebida não esteja conforme a nota de encomenda, é necessário identificar as diferenças encontradas e eventualmente contactar o fornecedor para os respetivos esclarecimentos.

Após validação preliminar, procede-se ao lançamento contabilístico no *SAP*, no respeito das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS) emitidas pelo IASB.

2.1.3 Atividades de controlo interno

Tendo em conta a dimensão da Bluepharma, foram implementadas algumas atividades de controlo com a finalidade de detetar eventuais falhas ou erros e garantir, desta forma, a exatidão das informações para uma maior eficiência e qualidade da informação. Procede-se regularmente às conciliações dos extratos das contas de depósito à ordem com os valores registados na contabilidade, de

modo a evidenciar as quantias que constam dos extratos mas que ainda não foram refletidas na contabilidade ou as quantias lançadas na contabilidade e que por alguma razão não constam no extrato bancário. Durante o estágio, esta prática ajudou na deteção de erros de lançamentos e a monitorar os desfasamentos temporais entre as datas efetivas das operações e as respetivas datas-valor.

A monitorização das contas à ordem é acompanhada pelo controlo constante de outras contas que merecem um cuidado especial. Como premissa, é de realçar que na Bluepharma procede-se ao fecho das contas e apresentação dos resultados ao Conselho de Administração com frequência mensal.

Isto faz com que seja efetuada a especialização dos gastos e rendimentos numa base mensal, e a movimentação das contas *2722 – Credores por acréscimos de gastos* e *281 – Gastos a reconhecer*. A especialização é uma consequência do desfasamento temporal que existe entre o período em que ocorre um gasto (ou em que é obtido um rendimento) e o momento do seu pagamento (ou recebimento).

Se um gasto a reconhecer num determinado período não for acompanhado pela respetiva fatura, porque esta será rececionada num momento posterior, estaremos na presença de um acréscimo de gastos. O lançamento efetuado refletirá o registo de um gasto por contrapartida da conta *2722 – Credores por acréscimos de gastos*. A conta a pagar deixará de existir no momento em que é rececionado o respetivo documento. Quando se verifica o contrário, ou seja, um gasto que deve ser reconhecido nos períodos seguintes mas cuja fatura já foi rececionada, é necessário movimentar a conta *281 – Gastos a reconhecer* para diferir o gasto. Da mesma forma ocorre no caso de acréscimos e diferimentos de rendimentos movimentando as contas *2721 – Devedores por acréscimos de rendimentos* e *282 – Rendimentos a reconhecer*, respetivamente. Um rendimento é acrescido se é referente a um determinado período mas não existe ainda a documentação do mesmo, como por exemplo no caso de juros de depósitos a prazo que a entidade pagará no fim do prazo. Pelo outro lado, um rendimento é diferido quando diz respeito a um período posterior mas cuja receita já ocorreu.

Tendo em conta estas premissas, quando existe um número elevado de gastos e rendimentos acrescidos ou diferidos é necessário efetuar um

acompanhamento dos mesmos de forma a refletir nas contas a situação atualizada. Na Bluepharma é boa prática transferir os movimentos das contas de acréscimos e diferimentos registados no *software* de contabilidade para um ficheiro *excel*, de forma a efetuar um acompanhamento mensal dos gastos e rendimentos. Assim, efetua-se uma monitorização periódica dos saldos das contas, e a comparação com as quantias lançadas na contabilidade asseguram a exatidão dos reconhecimentos e a prevenção de falhas ou erros. O mesmo procedimento aplica-se às contas com maiores movimentações, como é o caso das faturas em receção e conferência, entre outras.

2.1.4 Obrigações fiscais e elaboração das declarações periódicas

No decurso do estágio procedeu-se ao cumprimento de um conjunto de obrigações fiscais declarativas e de pagamento, tendo em consideração a estreita ligação existente entre a fiscalidade e a contabilidade. O preenchimento da declaração periódica do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) foi uma das tarefas principais desempenhadas ao longo do estágio. A Bluepharma envia mensalmente uma declaração relativa às operações efetuadas no exercício da sua atividade no decurso do segundo mês posterior, indicando o imposto existente a débito ou a crédito, conforme o n.º1 do art. 19.º e o art. 41.º do CIVA. Ainda, é obrigatório preencher a declaração recapitulativa relativa às transmissões de bens e prestações de serviços intracomunitárias até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que dizem respeito, conforme a alínea c) do n.º1 do art. 23º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI).

Em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), os sujeitos passivos que exercem uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, é obrigada ao cumprimento de uma série de obrigações de pagamento. A base do imposto é constituída pelo lucro gerado (alínea a) do n.º1 do art. 3º do CIRC). Uma das tarefas desenvolvidas foi o cálculo dos pagamentos por conta (PPC), pagamentos adicionais por conta (PAC) e pagamentos especiais por conta (B) para as empresas do Grupo Bluepharma. Os pagamentos por conta são efetuados em três prestações ao longo do ano e são calculados com base na coleta

de IRC do período de tributação anterior, líquida das retenções na fonte sofridas, tendo em conta o volume de negócios (art. 105.º do CIRC). Adicionalmente, podem vir a ser devidos pagamentos especiais por conta, a liquidar durante o mês de março, ou em duas prestações durante os meses de março e outubro (n.º1 do art. 106.º do CIRC). A fórmula de cálculo utilizada para determinar os pagamentos referidos é a seguinte:

$$\text{PEC} = 1\% \text{ volume de negócios do período de tributação anterior}^3 \\ \text{menos} \\ \text{pagamentos por conta efetuados no período de tributação anterior.}$$

Por fim, os pagamentos adicionais por conta são devidos para as entidades com lucro tributável superior a €1.500.000, sendo aplicadas taxas diferentes por escalão de lucro diferente, conforme o art. 105.º-A do CIRC.

Determinados tipos de encargos suportados pelos sujeitos passivos de IRC são sujeitos a tributação autónoma às taxas previstas no art. 88.º do CIRC. É o caso das despesas não documentadas, despesas de representação, encargos com viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias e ajudas de custo entre outras. A correta classificação contabilística dos encargos suportados é de importância fundamental para um bom cumprimento das obrigações fiscais.

Na última parte do estágio participei no preenchimento da Declaração Modelo 10, Modelo 22 e da Declaração de Informação Empresarial Simplificada (IES). O Modelo 10 é o meio constituído para o cumprimento da obrigação declarativa a que se referem as alíneas c) e d) do n.º1 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC. Deve ser apresentado pelas entidades devedoras de rendimentos sujeitos a retenção na fonte de IRC e IRS. Mais complexo e mais técnico é o preenchimento do Modelo 22, uma declaração periódica de rendimentos relativos ao IRC, referente ao exercício anterior. O Modelo 22 está estruturado de forma a permitir o apuramento do lucro tributável, ou seja, o valor que resulta da soma algébrica do resultado líquido do período e das variações

³ Limite mínimo: 1.000€

Limite máximo: 1.000€ + 20% do excedente, com o limite de 70.000€.

patrimoniais positivas e negativas que não foram refletidas no resultado (n.º1 do art. 17.º do CIRC). O envio da declaração é efetuado por transmissão eletrónica de dados, como previsto no art. 120.º do CIRC.

Devido à circunstância do estágio terminar na primeira semana do mês de junho, não tive oportunidade de completar a preparação da IES, sendo que a mesma é entregue por via eletrónica até o final de junho. A IES inclui informações de natureza contabilística, fiscal e estatística. Antes da introdução desta declaração, as empresas eram obrigadas a transmitir informações da mesma natureza a várias instituições, como o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério das Finanças, o Banco de Portugal, entre outras. A principal função da IES é a de reduzir a burocracia e facilitar a transmissão das informações.

2.1.5 Operações de fim de período

A realização do estágio nos meses de Fevereiro a Junho deu-me a possibilidade de participar nos procedimentos que se efetuam no fim e no início do período contabilístico, aquando da reabertura das contas. No final do ano procedeu-se aos lançamentos de retificação, ajustamento e regularização de contas, assim como ao apuramento do resultado do período e à elaboração das demonstrações financeiras (Demonstração dos Resultados e Demonstração da Posição Financeira) da entidade.

As contas de gastos e de rendimentos são saldadas de forma a apurar o resultado do exercício. Se os rendimentos do ano forem superiores aos gastos suportados no mesmo ano, estaremos na presença de um resultado positivo, caso contrário tratar-se-á de um resultado negativo. Enquanto as contas de resultado representam o fluxo de transações que se verificam no exercício, as contas de ativo e passivo representam a posição financeira da entidade num determinado momento e transitam de um exercício para o outro.

A seguir, é preparado o Relatório e Contas anual que será apresentado na Assembleia Geral para aprovação. Foi-me atribuída a tarefa de elaboração de algumas das notas divulgadas no Anexo às Demonstrações Financeiras de 2014,

nomeadamente as notas de caixa e depósitos à ordem, dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, entre outras. As notas proporcionam informação detalhada aos utilizadores da informação financeira e devem cumprir com o normativo contabilístico. Contudo, se considerarem oportuno, as entidades podem proceder à divulgação de informações adicionais às previstas nas normas de contabilidade.

Finalmente, o Relatório e Contas é apresentado para sua aprovação aos membros do Conselho de Administração e à Assembleia Geral, acompanhado pela Certificação Legal das Contas. Assim, foi-me atribuída a tarefa de preparação de ficheiros de informação e apoio à atividade da sociedade de revisão responsável pela auditoria às contas da empresa.

2.2 Reflexão crítica do estágio

O estágio curricular representa, por definição, o primeiro contacto com o mundo do trabalho e a oportunidade de aprendizagem e crescimento pessoal e profissional, permitindo a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos no Mestrado à realidade concreta e o desenvolvimento de novas competências por meio da experiência do dia-a-dia.

Neste sentido, é de destacar o bom ambiente de trabalho e a disponibilidade de todos os elementos da equipa: desde o primeiro dia de estágio na Bluepharma recebi um acolhimento e acompanhamento exemplares nas diferentes tarefas que foi necessário realizar. A dimensão da empresa e o volume de trabalho exigiu uma aprendizagem rápida e um dinamismo na realização das tarefas que me foram atribuídas. Apesar da minha falta de experiência prática, o Mestrado em Contabilidade e Finanças conferiu-me bases teóricas sólidas nas áreas da contabilidade e fiscalidade, favorecendo o meu julgamento pessoal em situações mais complexas com que tive de lidar, nomeadamente, com erros ou faltas de informação. Os conhecimentos adquiridos e as capacidades desenvolvidas ao longo do curso permitiram melhorar o meu sentido crítico e, em face disso, cada tarefa desempenhada foi questionada e analisada de forma racional.

A altura do ano em que o estágio decorreu permitiu o acompanhamento das etapas mais desafiantes do processo contabilístico e fiscal, como as operações de fecho das contas, o apuramento do resultado e a preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a elaboração das declarações fiscais. Contudo, o tempo definido para o desenvolvimento do estágio é insuficiente para permitir uma aprendizagem mais aprofundada de determinados tipos de funções desempenhadas pelo departamento financeiro. Por exemplo, não houve tempo de explorar as situações que implicam estimativas e julgamentos e que, por esta razão, são mais desafiantes para um estudante do Mestrado em Contabilidade e Finanças.

As atividades de controlo interno implementadas revelaram-se ferramentas muito úteis para desempenhar as tarefas de uma forma mais eficiente e cuidadosa, permitindo prevenir erros e irregularidades.

A entidade de acolhimento procura uma contínua melhoria dos processos implementados, e a implementar, a todos os níveis, desde a produção e gestão dos *stocks*, aos controlos de qualidade, assim como nas práticas diárias do departamento financeiro, além de que procura obter recomendações e conselhos dos seus colaboradores. A orientação para a melhoria contínua terá, certamente, uma influência positiva nas minhas próximas experiências profissionais.

Em síntese, a avaliação que faço do meu estágio só pode ser muito positiva. Permitiu a consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso e a aquisição de métodos e organização de trabalho e de novos conhecimentos, teóricos e práticos, junto de profissionais experientes. As dificuldades iniciais, e as que foram surgindo ao longo do estágio, foram sempre superadas com o apoio dos vários profissionais da entidade acolhedora e com autoaprendizagem. Foi uma experiência muito enriquecedora e desafiante, que, sem dúvida, representará uma mais-valia para o meu futuro profissional.

Parte II – Aspetos teóricos e normativos sobre os ativos intangíveis e as atividades de I&D

Esta parte do relatório tem o propósito de realçar os principais conceitos teóricos e normativos no tratamento dos recursos intangíveis, com foco num particular tipo de intangíveis que representa o tema central deste relatório de estágio, concretamente as atividades de investigação e desenvolvimento (I&D). No primeiro capítulo, será apresentado o enquadramento contabilístico dos ativos intangíveis e das atividades de I&D à luz do normativo nacional e internacional. No segundo capítulo será apresentada uma breve descrição dos benefícios fiscais existentes para as entidades que desenvolvem atividades de I&D.

Finalmente, no terceiro capítulo procuraremos realçar a importância que os recursos intangíveis têm na era moderna. Serão apresentadas as contribuições teóricas ao tema dos intangíveis e das atividades de I&D e as problemáticas subjacentes à sua contabilização.

Capítulo 1 – Atividades de I&D: análise do normativo contabilístico

1.1 As normas de relato financeiro: NCRF 6 e IAS 38

A necessidade de harmonização das normas de contabilidade para acompanhar a evolução dos mercados e a globalização das economias, levou à homogeneização dos procedimentos contabilísticos com o objetivo de assegurar a comparabilidade da informação financeira. Neste sentido, o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, veio aprovar a adoção das normas internacionais de contabilidade do IASB para serem aplicadas nos Estados Membros da União Europeia (UE). A partir do exercício económico de 2005, em todos os países da UE, todas as entidades com valores mobiliários negociados em mercados regulamentados e que apresentassem contas consolidadas foram abrangidas pela obrigatoriedade de aplicação das normas internacionais de contabilidade adotadas pela UE.

Em linha com a modernização ocorrida na UE, em Portugal procedeu-se à

criação do SNC, um modelo contabilístico instituído com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que abrange também entidades não obrigadas nos termos do artigo n.º 4 do Regulamento n.º 1606/2002. No Decreto-Lei referido, o legislador define o SNC como “um corpo de normas coerente com as normas internacionais de contabilidade em vigor na UE”, cuja aproximação aos padrões comunitários não pode “ignorar, porém, as características e as necessidades específicas do tecido empresarial português”. A mais recente revisão ocorreu com a emissão do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, que transpõe a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, a qual visa reconhecer o papel significativo das pequenas e médias empresas europeias. Portanto, a atual estrutura do SNC reúne os seguintes instrumentos: Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF); Modelos de demonstrações financeiras (MDF); Código de contas (CC); Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF); Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE); Norma contabilística e de relato financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL); Norma contabilística para Microentidades (NC-ME); Normas interpretativas (NI) (§1.3. do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 158/2009). Salienta-se, ainda, que as NCRF não são uma transposição das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS, mas uma sua adaptação ao contexto nacional, podendo dispensar a aplicação de alguns procedimentos exigidos nas normas internacionais, embora no respeito dos critérios essenciais de reconhecimento e mensuração (§5.1 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009).

O presente trabalho enquadra-se no âmbito da NCRF 6 – Ativos Intangíveis, a qual teve por base a IAS 38 – Ativos Intangíveis⁴. A primeira versão da norma foi emitida em 1998 pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e posteriormente revista. A mais recente atualização foi introduzida com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2016. No que diz respeito às condições necessárias para o reconhecimento dos ativos intangíveis, a NCRF 6 é uma norma exigente e algo restritiva. A primeira condição que a norma apresenta é a satisfação da definição de ativo intangível, como um

⁴ Neste trabalho, optou-se por ter como principal referência o normativo nacional do SNC, sendo que este não difere substancialmente do normativo internacional do IASB.

recurso não monetário identificável e sem substância física, controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros (§8 NCRF 6). A mesma definição de ativo intangível origina a distinção entre atividades de pesquisa e atividades de desenvolvimento, já que as primeiras não são capitalizáveis porque não satisfazem a definição de ativo, e as segundas podem ser capitalizadas se cumprirem os critérios restritivos das normas que serão enumerados no próximo ponto deste trabalho.

1.2 Reconhecimento

O SNC define o reconhecimento como o primeiro processo necessário à contabilização de um item nas demonstrações financeiras (§80 a §96 da EC do SNC). A EC do mesmo normativo, em sintonia com a EC do IASB, define o reconhecimento como “o processo de incorporar no balanço e na demonstração dos resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento estabelecidos” (§ 80 da EC do SNC). Uma entidade deve proceder ao reconhecimento de ativos intangíveis resultantes de atividades com projetos de desenvolvimento só a partir do momento em que são cumpridos cumulativamente:

1. A definição de ativo intangível;
2. Os critérios de reconhecimento.

Para satisfazer a definição de ativo intangível, o recurso deve necessariamente:

- Possuir a característica da identificabilidade: isto verifica-se quando for capaz de ser separado da entidade (e vendido, transferido ou trocado) e resulta de direitos contratuais ou de outros direitos legais (§ 12 da NCRF 6);
- A entidade deve deter o controlo sobre o recurso; nos casos em que não existem direitos legais é muito difícil para a entidade demonstrar o controlo de um ativo, apesar de ser considerado possível pela norma (§ 13 da NCRF 6);

- E, finalmente, devem existir benefícios económicos futuros, identificados como os réditos resultantes da venda de produtos e/ou serviços, poupanças de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo (§ 17 da NCRF 6).

Para cumprir os critérios de reconhecimento, a entidade deve demonstrar que é provável que os benefícios económicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a mesma e que o custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado (§ 21 da NCRF 6).

Tais restrições previstas pela NCRF 6 deixam de fora muitos recursos que as empresas gastam com frequência pela aquisição, desenvolvimento e melhoria de conhecimentos científicos ou técnicos, conceção e implementação de novos processos, licenças, propriedade intelectual, marcas, etc., que não satisfazem a definição normativa de ativo intangível. Nestes casos, o dispêndio relacionado deve ser reconhecido como um gasto no exercício em que tiver ocorrido (§§ 9 e 10 da NCRF 6).

Para avaliar a possibilidade de reconhecer um ativo intangível gerado internamente, uma entidade deve identificar a formação do ativo em duas fases: a fase de pesquisa e a fase de desenvolvimento. A pesquisa é considerada a fase de investigação que visa a obtenção de novos conhecimentos científicos ou técnicos, novos produtos, processos ou fórmulas. Nenhum ativo intangível proveniente da fase de pesquisa pode ser reconhecido, devendo todos os dispêndios incorridos nessas atividades serem reconhecidos como gastos do período (§§ 52 a 54 da NCRF 6).

O §8 da NCRF 6 considera a fase de desenvolvimento como a aplicação das descobertas derivadas da fase de pesquisa a um determinado plano de produção de materiais ou produtos, mecanismos novos ou inovadores. Representa a concretização da fase da pesquisa e antecipa a produção, a comercialização ou o uso do novo conhecimento. Como já referimos acima, contrariamente às atividades de pesquisa, um ativo intangível proveniente da fase de desenvolvimento pode e deve ser reconhecido, mas apenas se for possível demonstrar a verificação, cumulativa, dos seguintes requisitos (§ 55 da NCRF 6):

1. A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível para ser utilizado ou

comercializado;

2. A intenção de concluir o tal ativo para o uso ou a venda do mesmo;
3. A capacidade de vender ou utilizar o ativo;
4. A forma como o ativo irá gerar benefícios económicos futuros e em particular a existência de um mercado, ou da utilidade no caso de ser destinado à utilização interna;
5. A disponibilidade de recursos económicos, técnicos e financeiros para conclusão do desenvolvimento;
6. A capacidade de mensurar com fiabilidade o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A norma parece ser muito exigente e pouco clara no que diz respeito à capacidade de demonstrar a intenção de concluir o ativo a ser desenvolvido para o uso ou a venda e pouco consistente no que diz respeito ao requisito da disponibilidade de recursos para conclusão do desenvolvimento, se considerarmos que não se exige o mesmo requisito para adquirir um recurso equivalente ao exterior.

Adicionalmente, a norma define expressamente que os dispêndios relativos a marcas, cabeçalhos, publicações e listas de clientes não podem, em nenhum caso, ser reconhecidos como ativos intangíveis quando desenvolvidos internamente. É, ainda, de destacar que a IAS 38, e consequentemente a NCRF 6, consideram que quando não é possível distinguir os dispêndios incorridos na fase de pesquisa dos incorridos na fase de desenvolvimento, a entidade deve tratar tais dispêndios como se fossem somente associados à fase de pesquisa, isto é como gastos do período. Esta disposição é evidentemente uma posição que favorece o requisito da prudência em detrimento do princípio da relevância.

Em suma, se os requisitos definidos pela NCRF 6 não forem cumulativamente cumpridos, os dispêndios em que uma entidade incorreu para o desenvolvimento de um recurso devem ser considerados como gastos do exercício. Quando um ativo intangível reúne todos os critérios para se proceder ao seu reconhecimento, o passo seguinte é determinar as quantias monetárias pelas quais o ativo deve ser reconhecido e inscrito no balanço, ou seja, deverá proceder-se à sua mensuração.

1.3 Mensuração inicial

O processo de mensuração prevê que o ativo intangível resultante do desenvolvimento, assim como todos os outros ativos intangíveis, sejam mensurados inicialmente pelo seu custo (§24 da NCRF 6). Enquanto um ativo adquirido separadamente é simplesmente mensurado pelo seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível ao mesmo (§27 da NCRF 6), o custo de um ativo gerado internamente é, como se pode imaginar, mais difícil de determinar e resulta da soma dos dispêndios incorridos desde a data em que o ativo satisfaz os critérios de reconhecimento (§63 da NCRF 6). Os custos diretamente atribuíveis são todos os “necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida” (§64 da NCRF 6), onde se incluem custos de materiais e serviços que contribuíram para a geração do ativo e taxas de registo de direitos legais, devendo-se excluir dispêndios com gastos administrativos e gerais, com a formação do pessoal para utilizar o ativo, com atividades de arranque, de publicidade, entre outros da mesma natureza. É necessário ter em conta que os dispêndios associados a um ativo intangível que ocorreram anteriormente à data em que o item reuniu todas as condições necessárias ao reconhecimento como ativo, e que, portanto, tinham sido contabilizados como gastos do exercício a que se referem, não podem ser posteriormente reconhecidos como parte do custo do ativo intangível (§ 69 da NCRF 6).

1.4 Mensuração subsequente

Foi referido acima a necessidade de um ativo intangível ser mensurado inicialmente ao custo. Num momento subsequente, a mensuração dos ativos intangíveis, tal como para os ativos fixos tangíveis, prevê a possibilidade da entidade escolher entre o modelo do custo (§72) e o modelo da revalorização (§§73 e 85). O modelo do custo mensura um intangível pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, enquanto no modelo de revalorização a mensuração subsequente do intangível é o seu justo valor menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

A norma prevê que uma entidade avalie se a vida útil de um ativo é finita ou indefinida (§ 86 da NCRF 6), com base em fatores como o uso esperado e a obsolescência, entre outros (§ 88 da NCRF 6). A vida útil é finita quando tem uma duração. Fala-se de vida útil indefinida quando não é previsível o período durante o qual se espera que o ativo gere benefícios económicos futuros para a entidade. Até o período de 2015, apenas os ativos com vida útil finita deviam ser amortizados. A última versão da norma prevê que também os ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ser amortizados, mas num período máximo de 10 anos (§105), tendo em conta que a vida útil de um ativo pode sofrer modificações devido à sua exposição a fatores tanto legais como económicos (§93).

Caso existam circunstâncias que alertem sobre uma eventual desvalorização do ativo uma entidade deverá efetuar testes de imparidade de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos (§107). Com a mais recente alteração introduzida na norma, o teste de imparidade a estes ativos deixa de ser obrigatório anualmente.

1.5 A divulgação de informação sobre atividades de I&D

Um importante instrumento de informação apresentada aos utilizadores da informação financeira é a divulgação das notas do Anexo, cuja função é precisamente a de disponibilizar aos utentes toda a informação materialmente relevante que não foi proporcionada nas demais demonstrações financeiras. O Anexo tem como função divulgar, entre outras, “as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações” (§ 2.1.4 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho).

No que respeita à classe dos ativos intangíveis, uma entidade deve sempre divulgar as seguintes informações, distinguindo entre ativos gerados internamente e outros ativos intangíveis (§§ 117 a 119 da NCRF 6):

- As vidas úteis, os métodos de amortização e as taxas usadas;
- A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas e as perdas por imparidade acumuladas no início e no fim do período;
- As adições, revalorizações, alienações, reversões e outras alterações que

possam ter-se verificado ao longo do período;

- Outras divulgações gerais, como esclarecimentos sobre a avaliação da vida útil de um ativo e a quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos, entre outros.

A confirmar que os dispêndios de pesquisa e desenvolvimento representam informações materialmente relevantes para os *stakeholders*, são previstas divulgações dos dispêndios que a entidade reconheceu como gastos do período afetos à realização de projetos de I&D. Os gastos referentes a cada projeto devem ser classificados por natureza, distinguindo entre gastos com pessoal, bens e serviços usados, amortizações, imobilizados e todos os gastos (que tenham sido capitalizados ou não) afetos às atividades de I&D (§§ 122 a 124 da NCRF 6).

Capítulo 2 – Incentivos fiscais à I&D

As empresas portuguesas, no âmbito das suas atividades, beneficiam de incentivos fiscais ao investimento produtivo. Desta forma, o Estado Português visa promover a competitividade e o investimento das empresas, reconhecendo o papel fundamental que desempenham na economia.

O n.º 1 do art.º 2 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) realça a importância dos benefícios fiscais: “Consideram-se benefícios fiscais as medidas de carácter excecional instituídas para tutela de interesses públicos extrafiscais relevantes que sejam superiores aos da própria tributação que impedem.”

Os regimes de benefícios fiscais são caracterizados, geralmente, pela isenção ou redução dos impostos a pagar pelos sujeitos passivos, nomeadamente podem ser concedidos sob a forma de isenções, reduções de taxas, deduções à matéria coletável e à coleta e outras medidas que visam reduzir o peso dos impostos (art.º 2, n.º 2 do EBF). O Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, veio aprovar um novo Código Fiscal do Investimento (CFI), procedendo à respetiva revisão da regulamentação dos regimes fiscais ao investimento produtivo. Os sujeitos passivos de IRC que investem em atividades de I&D podem beneficiar dos seguintes benefícios disciplinados no diploma referido:

- Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento;
- Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI);
- Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresariais (SIFIDE II).

2.1. O regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo e o RFAI

O regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo e o RFAI representam regimes de auxílios com finalidade regional (art.º1, n.º 2 do CFI). As empresas que realizem, em território português, investimentos em atividades de I&D de montante igual ou superior a 3.000.000 euros, podem beneficiar das condições definidas pelo art.º 8 do CFI em regime contratual:

- Crédito de imposto a deduzir ao montante da coleta do IRC, no montante entre 10% e 25% das aplicações relevantes do projeto efetivamente realizadas;
- Para a vigência do contrato, a isenção ou redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os prédios utilizados no âmbito do projeto de investimento;
- Isenção ou redução do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) relativamente aos prédios adquiridos no âmbito do projeto de investimento;
- Isenção de Imposto do Selo (IS) relativamente a todos os atos ou contratos necessários à realização do projeto de investimento.

Alternativamente, as empresas que investem em atividades de I&D podem beneficiar da aplicação do RFAI, permitindo-lhes deduzir à coleta apurada uma percentagem dos investimentos realizados. Concretamente, os incentivos concedidos pelo art.º 23.º do CFI são os seguintes:

- Dedução à coleta do IRC de uma taxa de 25% do investimento para montantes até 5.000.000 euros em determinadas regiões;
- Dedução à coleta do IRC de uma taxa de 10% do investimento para montantes superiores a 5.000.000 euros ou de montante inferior em certas regiões;
- Isenção ou redução de IMI, por um período até 10 anos a contar do ano de aquisição ou construção de imóveis utilizados no âmbito dos investimentos;
- Isenção ou redução de IMT e de IS relativamente aos prédios adquiridos no âmbito do investimento.

O Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento e o RFAI não são cumuláveis com outros benefícios fiscais da mesma natureza, pelo que as empresas não podem beneficiar conjuntamente dos dois regimes.

2.2 – SIFIDE II

O Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho, bem como o Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, vêm promover alterações ao Código Fiscal do

Investimento, instaurando o SIFIDE II como medida de apoio às empresas que investem em I&D. Este regime foi prorrogado até ao exercício fiscal de 2020 com a Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro. A Lei nº7-A/2016, de 30 de Março veio introduzir a mais recente alteração, no que se refere aos benefícios fiscais contratuais para investimentos em regiões onde o poder de compra *per capita* é inferior à média nacional.

Os beneficiários podem recuperar até 82,5% do investimento em I&D através de uma dedução à coleta de IRC numa dupla percentagem:

- Dedução fiscal à taxa base de 32,5% aplicável às despesas anuais realizadas em I&D;
- Taxa Incremental de 50% do acréscimo de despesas realizadas, com referência à média dos dois exercícios anteriores, até o limite de 1.500.000 euros.

No caso de sujeitos passivos de IRC que sejam PME, que ainda não completaram dois exercícios e não beneficiaram da Taxa Incremental, aplica-se uma majoração de 15% à taxa base, atingindo uma taxa total de 47,5% (art.º 38, n.º 2 do CFI). O art.º 37 do CFI define rigorosamente quais as despesas elegíveis para serem objeto de dedução à coleta, nomeadamente aquisições de ativos fixos tangíveis, despesas com pessoal, despesas de funcionamento, entre outras, desde que estas sejam alocadas, em proporção, à realização das atividades de I&D. As despesas que, por insuficiência de coleta, não possam ser deduzidas no exercício em que ocorreram, podem ser deduzidas até ao oitavo exercício seguinte (art.º 38 do CFI).

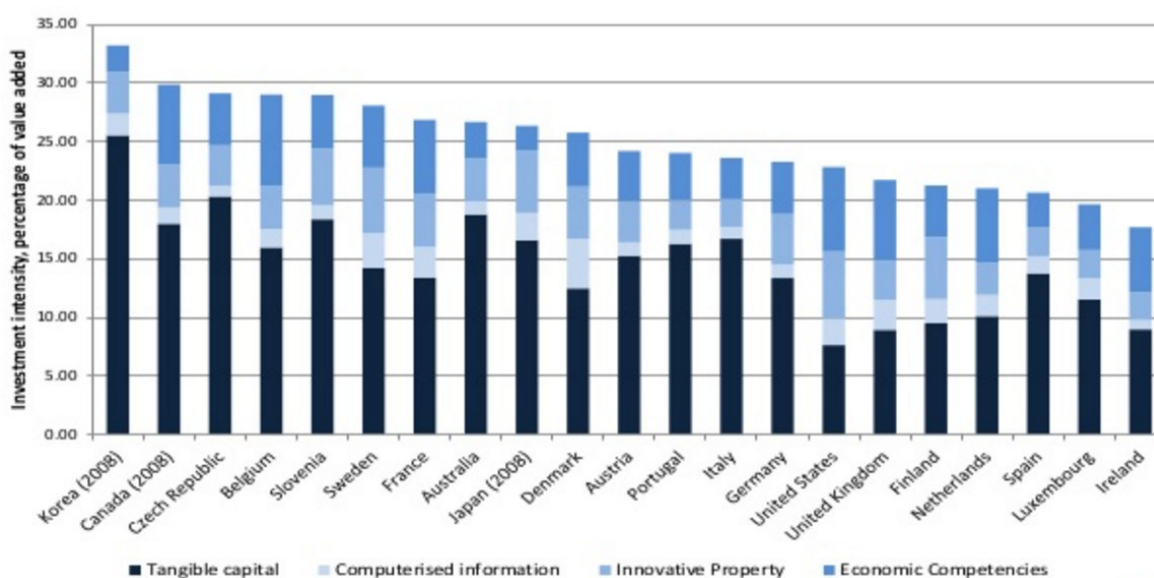
Em conclusão, verificamos que as restrições existentes no âmbito contabilístico, que limitam a capitalização das despesas em atividades de I&D discutidas no capítulo anterior, são de algum modo mitigadas pelos regimes fiscais existentes que preveem benefícios significativos às entidades que investem em I&D. O legislador incentiva as entidades a efetuar investimentos em inovação e conhecimento, procurando limitar o impacto das despesas relacionadas com os projetos realizados no lucro fiscal.

Capítulo 3 – Revisão da literatura

3.1 – Os recursos intangíveis e a sua relevância

Durante muitas décadas, a sociedade industrial fez dos recursos tangíveis o foco do mundo económico e dos negócios. Com o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e o aumento da competitividade entre as organizações, a natureza dos investimentos realizados pelas empresas mudou profundamente e os investimentos em recursos intangíveis conquistaram um papel cada vez mais significativo. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2006) considera os ativos intangíveis a principal fonte de criação de valor na nova economia. A representação gráfica (Figura 2) a seguir compara os investimentos realizados em ativos tangíveis e em ativos intangíveis em 2010. De acordo com os estudos efetuados pela OCDE, o nível de investimentos em capital intelectual chegou a ultrapassar o nível dos investimentos em bens tangíveis em muitos dos países desenvolvidos, como são o caso da Finlândia, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

Figura 2 – Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis em 2010 (% do valor acrescentado no mercado).



Fonte: OCDE (2013) Supporting Investment in Knowledge Capital, Growth and Innovation. OECD Publishing.

Nakamura (2009) salienta a mudança que ocorreu nas empresas dos Estados Unidos no último século, em que os investimentos nos recursos tangíveis se tornaram menos importantes, cedendo lugar aos investimentos em novos produtos não padronizados e em recursos intangíveis. O processo de geração de riqueza na nova era de conhecimento já não resulta de terrenos, trabalho físico ou máquinas, mas é o resultado da eficiente aplicação do conhecimento, tanto na forma de conhecimento científico como de informações, opiniões, experiências (Stewart, 1999). O conhecimento, no seu sentido mais lato, e a informação são recursos muito valiosos para a competitividade das organizações e determinam o seu sucesso no mundo dos negócios. As empresas que atuam na era do conhecimento sabem que é de absoluta importância estratégica investir em ativos intangíveis resultantes de atividades de I&D e que uma boa gestão destes recursos conduz à obtenção de vantagens competitivas sustentáveis.

Assim como para os ativos tangíveis, as organizações procuram identificar, mensurar e desenvolver os ativos intangíveis. O desafio é criar as condições para que os ativos intangíveis possam ser mensurados fiavelmente e terem evidência nas demonstrações financeiras das entidades económicas de forma a satisfazerem as exigências de informação dos agentes de mercado interessados (Edvinsson, 1997; Bandeira, 2010; Cañibano, 2012).

Antes de nos focarmos no *core* deste trabalho, vamos procurar esclarecer a questão terminológica, uma vez que na literatura são utilizados os termos de recursos imateriais, ativos intangíveis e capital intelectual como algo substancialmente igual. De facto, é costume utilizar-se os termos de capital intangível, capital intelectual e ativos intangíveis como conceitos substancialmente equivalentes que definem um recurso sem substância material. De forma ainda mais genérica utiliza-se o termo “intangíveis” como sinónimo destes. A esse respeito, é necessário fazer um esclarecimento prévio. Na literatura (Edvinsson, 1997; Hunter et al., 2005; Boekestein, 2006; Ciprian et al., 2012) existem inúmeras definições de capital intelectual e de ativos intangíveis. Por vezes as definições convergem, outras vezes é feita uma distinção entre os dois conceitos. Hunter et al. (2005) utilizam a designação de “capital intangível”, defendendo que reúne simplesmente todos os ativos existentes sem substância física, enquanto o termo

“capital intelectual” define os ativos detidos pela organização e dos quais a mesma espera que contribuam para a geração de rendimentos futuros. Na opinião dos autores, os ativos que se enquadram no conceito de capital intelectual seriam um subgrupo do capital intangível. Em geral, uma grande parte da literatura considera os ativos intangíveis simplesmente como parte do capital intelectual, admitindo uma relação entre os dois e por vezes uma sobreposição de conceitos. O capital intelectual inclui, portanto, todos os ativos intangíveis da empresa que são implícitos, não objeto de relato financeiro e não sendo o seu reconhecimento permitido nas normas de contabilidade (Edvinsson, 1997; Ciprian et al., 2012).

Lopes (2008) realça que existe uma diferença de terminologia na designação dos recursos imateriais consoante a área de estudo. São designados como ativos de conhecimento na teoria económica, como capital intelectual na literatura de gestão, enquanto a literatura contabilística designa os mesmos recursos como ativos intangíveis.

Em suma, o termo “capital intelectual” é utilizado no âmbito da área de gestão e abrange todos os elementos que são suscetíveis de serem reconhecidos como ativos, bem como os elementos imateriais que não se enquadram nos critérios reconhecidos pelas normas de contabilidade mas que representam um recurso e uma mais-valia para as organizações. O termo “ativos intangíveis” é um termo contabilístico que identifica os investimentos intangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras das empresas (*Projeto MERITUM*, 2002).

Assim, em sintonia com o que foi referido acima, considera-se o termo “capital intelectual” (conceito mais amplo), utilizado principalmente na área da gestão de empresas, como todos os recursos intangíveis, ou conhecimentos, que a empresa considera que podem gerar benefícios para a mesma, sejam esses refletidos nas contas das empresas ou não, e com o termo de “ativos intangíveis” (conceito mais restrito) os recursos definidos pelas normas de contabilidade como cumprindo com as condições para serem contabilizados. Neste sentido, este trabalho centra-se no âmbito dos ativos intangíveis.

3.2 Ativos intangíveis: principais características

O modelo contabilístico tradicional, centrado nos ativos tangíveis e na mensuração ao custo histórico, revelou-se inadequado na avaliação dos intangíveis. A complexa realidade económica e as profundas alterações ocorridas no mundo dos negócios, caracterizados pela crescente inovação e por intensos investimentos em intangíveis, “provocaram uma erosão na relevância da informação financeira” proporcionada aos utilizadores externos (Rodrigues, 2003: 53).

A OCDE (2006) refere que, apesar da crescente importância dos intangíveis na criação de valor nos processos das empresas, verifica-se um insuficiente reconhecimento dos mesmos nos balanços, com consequente perda de relevância da informação financeira para os *stakeholders*. Estudos empíricos (Lev e Zarowin, 1999; Cañibano e Sanchez, 2004; entre outros) comprovam que o exíguo reconhecimento dos intangíveis é em grande parte responsável pelo desfasamento entre o valor de mercado de uma empresa e o seu valor contabilístico (Rodrigues, 2003). A divergência entre estes dois valores pode ser um sinal de que o seu capital intelectual é o que confere maior valor a uma organização, pelo que o valor de mercado de uma empresa pode refletir a existência de ativos intangíveis que as normas de contabilidade não permitem reconhecer (Bandeira, 2010).

Rodrigues (2003) refere que a grande parte dos intangíveis detidos pelas sociedades não são reconhecidos nas demonstrações financeiras por falta de condições e instrumentos adequados a serem identificados e mensurados de forma fiável e consistente. Assim, podemos apontar dois aspetos controversos relacionados com os intangíveis: a identificabilidade e a mensuração.

No que diz respeito à identificabilidade, ao longo do tempo vários autores (Diefenbach, 2006; Kristandl e Bontis, 2007) direcionaram os seus estudos no sentido de encontrar uma definição de ativos intangíveis que pudesse delimitar o seu conceito e ser universalmente aceite pela doutrina e pelas normas. A identificação de um fenómeno contabilístico é um passo fundamental para a sua mensuração e relato financeiro. É certo que o atributo mais perceptível de um ativo intangível é a sua intangibilidade, ou seja, a ausência de substância física. Não se

trata, porém, da única característica que o diferencia de um ativo tangível. Os investimentos em intangíveis são caracterizados por um risco maior e, em consequência, por uma rentabilidade maior e crescente. Por outro lado, são ativos muito versáteis, que permitem uma utilização dinâmica e conferem a possibilidade de contínua criação de novos mercados (Cañibano, 2012). O elevado grau de risco associado à rentabilidade ou benefícios que a empresa espera obter dos ativos intangíveis é a característica mais importante deste tipo de recursos (Bandeira, 2010) e contribui para explicar a diferença entre o conceito de capital intelectual (mais amplo) e o conceito de ativos intangíveis, sendo este último sujeito às regras restritivas dos normativos contabilísticos (Cañibano, 2012).

O processo de atribuição de um valor a um recurso intangível é muito complexo e controverso, mas não há dúvida alguma acerca da necessidade da sua mensuração (Sveiby, 1997; Stewart, 1999). Lopes (2013b) refere que, apesar de os intangíveis terem existência económica, esta é dificilmente mensurável e quantificável. Muitos dos elementos intangíveis que se revelam essenciais à vida das empresas, resultam de ações desenvolvidas internamente e, por isso, dificilmente terão reflexo através do modelo contabilístico atual, que está muito mais direcionado para o reconhecimento dos ativos adquiridos ao exterior porque resultam de uma transação monetária com terceiros (Rodrigues, 2003). Neste sentido, Lev e Zarowin (1999) referem que o atual modelo contabilístico é completamente inconsistente, no sentido que prevê um tratamento contabilístico diferente conforme um item imaterial seja adquirido ao exterior ou desenvolvido internamente. As despesas relacionadas com o desenvolvimento interno de um item intangível são, não cumprindo certas condições, classificadas como gastos, mas se o mesmo item for adquirido numa transação com uma terceira parte, este já poderá ser capitalizado.

Tais inconsistências e desfasamentos referidos, juntamente com a consciência da crescente importância dos ativos intangíveis no mundo económico atual, motivou diversas iniciativas e propostas de revisão dos normativos contabilísticos para dar resposta às exigências da nova realidade económica, mas que continuam ainda hoje muito conservadores a este respeito (Cañibano, 2012).

3.3 Classificação de ativos intangíveis

Uma das formas que melhor permite a compreensão de um fenómeno é proceder à sua respetiva repartição em categorias. Contrariamente às normas internacionais do IASB, que não identificam uma categorização clara dos ativos intangíveis (Lopes, 2013a), existem inúmeras classificações na literatura. Uma primeira classificação, que nos parece relevante, é proposta pelos autores Blair e Wallman (2000), que identificam os ativos intangíveis em três categorias, seriando os mesmos conforme o grau de dificuldade existente para a sua mensuração:

- Intangíveis com direitos de propriedade relativamente definidos que podem ser comercializados no mercado, como é o caso de patentes, licenças, *copyrights*, etc. Esta categoria não apresenta grandes aspetos críticos relativamente ao seu reconhecimento e mensuração.
- Intangíveis controlados pela empresa mas cujos direitos de propriedade não existem ou não se encontram bem definidos. É o caso, por exemplo, das atividades de investigação e desenvolvimento que serão aprofundadas mais adiante neste trabalho. Este tipo de recursos coloca alguns desafios à contabilidade no que diz respeito ao seu reconhecimento e mensuração.
- Intangíveis para os quais não existe mercado e a empresa tem poucos ou nenhuns direitos legais de controlo. Um exemplo são os elementos constitutivos do capital intelectual, o capital humano, o capital estrutural e o capital relacional, cuja contabilização é complexa e em alguns casos não permitida.

Uma outra classificação proposta por um estudo conjunto entre a Universidade de Melbourne, Universidade de Ferrara e a NYU Stern School of Business, realizado para a Comissão Europeia em 2003 (CE, 2003), divide os ativos intangíveis em três subgrupos:

- Propriedade intelectual, que inclui todos os intangíveis protegidos por direitos legais ou contratuais como patentes, *copyrights*, licenças, etc.;

- Ativos intangíveis identificáveis separadamente, como sistemas de informação, processos administrativos, segredos industriais, entre outros;
- Ativos intangíveis não identificáveis separadamente, incluídos no *goodwill*.

Uma categorização mais tradicional dos intangíveis, e geralmente aceite pela doutrina e pelas normas de contabilidade, é a bipartição entre ativos intangíveis adquiridos e ativos intangíveis gerados internamente. Os primeiros são ativos, tais como patentes, adquiridos numa transação comercial a uma entidade terceira, separadamente ou como parte de uma concentração de atividades empresariais. A este respeito, um caso muito complexo e muito estudado na literatura é o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais, cuja análise não será aqui efetuada pois não constitui objeto de estudo deste trabalho. Com exceção do *goodwill*, em geral não existem grandes problemas no reconhecimento e mensuração daqueles ativos nas demonstrações financeiras das empresas, pois a existência de um custo de aquisição, resultante de uma livre transação económica, fornece uma base de valor fiavelmente mensurável do ativo (CE, 2003).

No que diz respeito aos ativos intangíveis gerados internamente, estes levantam uma série de problemas quando se procura efetuar a sua contabilização. O facto de serem gerados internamente, faz com que não exista uma transação económica de referência na qual tenha sido acordado um preço (Zéghal e Maaloul, 2011) e é pouco claro se, e quando, o dispêndio ocorrido para desenvolver o ativo começará a gerar benefícios económicos que fluam para a entidade. Daí a complexidade em definir os parâmetros que permitam refletir as informações sobre um ativo gerado internamente nas demonstrações financeiras das empresas, de uma forma correta e apropriada. É nesta categoria que se enquadram os ativos resultantes de atividades de I&D. E é precisamente no tratamento contabilístico destes ativos que se centra este trabalho, mais precisamente sobre quando as atividades de I&D podem ser consideradas ativos e qual a forma mais fiável de serem mensuradas. Na próxima secção iremos aprofundar tais questões, analisando o que tem sido discutido na literatura.

3.4 Atividades de I&D

As atividades de I&D são um tipo de ativos intangíveis muito discutido na literatura. Bandeira (2010) destaca o papel crucial que as atividades de I&D desempenham, ao munir as empresas de todas as capacidades para lidar com o rápido progresso técnico e tecnológico que caracteriza os mercados atuais. Além disso, uma extensa literatura documenta a rentabilidade das despesas em pesquisa e desenvolvimento, o que sugere que se pode amplamente argumentar que são ativos cruciais das empresas bem-sucedidas na atual economia (Lev e Zarowin, 1999; Gu e Lev, 2003).

A OCDE (2002:30) considera que as atividades de I&D são “o trabalho de criação empreendido de forma sistemática, com vista a ampliar o conhecimento, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, assim como a utilização deste mesmo conhecimento para inventar novas aplicações”. A OCDE distingue as atividades de I&D em três grupos:

- Investigação básica: atividade experimental efetuada para aquisição de novos conhecimentos;
- Investigação aplicada: atividade experimental para obter novos conhecimentos que serão utilizados para alcançar um objetivo específico;
- Desenvolvimento experimental: trabalho sistemático de investigação efetuada para a produção de novos produtos, novos processos, sistemas ou melhorar os que já existem.

O desafio colocado à contabilidade é o de criar as condições para uma correta avaliação deste tipo específico de intangíveis, de modo a que as demonstrações financeiras de uma entidade informem corretamente os destinatários da informação financeira. O reconhecimento das atividades de I&D e a eterna questão em torno da capitalização dos dispêndios ocorridos para a realização das mesmas é um dos aspetos mais controversos da contabilização dos intangíveis. Apesar das normas optarem pelo princípio da prudência, dificultando a capitalização como forma de tutela da fiabilidade da informação financeira, existem correntes de pensamento (Lev e Zarowin, 1999; Zhao, 2002; Callimaci e Landry, 2004; Cazavan-Jeny e Jeanjean, 2011) que defendem a capitalização como garantia da relevância da informação financeira. Os defensores do reconhecimento

das despesas com projetos de I&D como gastos defendem que tal é preferível à capitalização porque representa um impedimento ao reconhecimento de projetos com baixa probabilidade de sucesso. Por sua vez, os defensores da capitalização defendem que o não reconhecimento de atividades de I&D bem-sucedidas afeta negativamente a relevância da informação financeira (Cazavan-Jeny e Jeanjean, 2007).

Uma parte relevante da literatura encontra evidências de um maior *value relevance* aquando da capitalização das despesas de I&D, uma vez preenchidos critérios bem definidos (por exemplo Lev e Zarowin, 1999; Gu e Lev (2003); Shah et al., 2013). Lev e Zarowin (1999) demonstram que existe uma relação entre a não capitalização das despesas decorrentes de atividades de I&D e o decréscimo da utilidade da informação financeira, defendendo portanto o reconhecimento dos dispêndios com atividades de I&D como ativos. Wang e Fan (2014) verificam que diferentes métodos de contabilização dos investimentos em I&D afetam o valor das empresas cotadas na China. Especificamente, as empresas que optaram por capitalizar têm um preço das ações mais elevado e maiores retornos. O contrário verifica-se quando as empresas registam aquelas despesas como gastos. Contrariamente a estes autores, Cazavan-Jeny e Jeanjean (2007) não encontram qualquer relação significativa entre a capitalização das atividades de I&D e o valor de mercado das empresas em França. A hipótese é que o grau de liberdade de aplicação das normas influencie o *trade-off* entre relevância e fiabilidade, considerando que as empresas estudadas eram livres de escolher entre o reconhecimento das despesas como gastos ou como ativos. De facto, a liberdade de capitalização das despesas com I&D pode ser exercida pelos gestores para proporcionar ao mercado informação sobre prováveis benefícios económicos futuros, ou pode ser utilizada de forma oportunista para a manipulação da informação financeira (Dinh et al., 2015).

Embora a característica qualitativa da relevância seja fundamental para a concretização dos objetivos das demonstrações financeiras, não é a única que deve ser tida em conta na preparação da informação financeira. Exige-se um balanceamento com as outras características qualitativas da informação financeira, finalidade que os normativos contabilísticos devem prosseguir (§ 45 da Estrutura

Conceptual (EC) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC)). Conforme foi analisado anteriormente, o normativo contabilístico nacional e internacional permitem apenas o reconhecimento dos dispêndios resultantes de atividades de desenvolvimento, e não de atividades de pesquisa e investigação, com a condição de que as primeiras respeitem os requisitos rigorosos da identificabilidade, controlo, expectativa de prováveis benefícios económicos futuros e de mensuração fiável do respetivo custo. Na opinião de Martins (2010), a demonstrabilidade do controlo e da estimativa acerca da probabilidade de geração de benefícios económicos futuros para a entidade são os problemas principais que decorrem da definição normativa dos intangíveis. O autor defende a posição assumida pelos normativos contabilísticos no sentido da prudência, pois a falta de reconhecimento de recursos considerados intangíveis nas demonstrações financeiras terá um custo menor do que uma eventual manipulação da informação financeira causada pela excessiva liberdade normativa.

3.4.1 A fase de pesquisa

Apesar de uma forte relação entre as fases de pesquisa e de desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento é a consequência da pesquisa, estes são conceitos diferentes (Bandeira, 2010). A fase de investigação está relacionada com todo o trabalho de pesquisa com vista à obtenção de novos conhecimentos, sejam estes técnicos ou científicos, que resultem numa verdadeira inovação. Num cenário económico altamente dinâmico como o atual, as empresas devem necessariamente efetuar trabalhos de pesquisa e investigação por uma questão de sobrevivência no mercado (Ramírez, 1992 *apud* Bandeira, 2010). Contudo, é difícil demonstrar a possível criação de benefícios económicos futuros na fase de investigação, o que impede a capitalização dos dispêndios ocorridos para obter novos conhecimentos, no respeito do requisito da prudência (Shah et al., 2013). Os dispêndios com projetos de pesquisa e investigação devem ser reconhecidos como gastos no período a que se referem, afetando negativamente o resultado do período. O respeito do princípio da prudência implica necessariamente a impossibilidade de contabilizar como ativos dispêndios com

projetos de alto risco, que podem não vir a gerar benefícios económicos futuros e podem conduzir a verdadeiros fracassos na entidade. Contudo, a linha seguida pelas organizações internacionais de contabilidade pode ter efeito de desincentivo à inovação e parece contrastar com o interesse de muitos governos que pretendem impulsionar as atividades de pesquisa por meio de incentivos financeiros ou fiscais, por exemplo na forma de crédito de imposto (Bandeira, 2010).

3.4.2 A fase de desenvolvimento

Uma vez realizada a fase de pesquisa com êxito, os novos conhecimentos obtidos devem ser aplicados e concretizados, isto é desenvolvidos de forma a recolher o fruto do trabalho de pesquisa. “O desenvolvimento está relacionado com a exploração planeada e controlada da descoberta e, por isso, é suscetível de proporcionar benefícios económicos futuros” (Bandeira, 2010: 49). O reconhecimento de ativos intangíveis resultantes da fase de desenvolvimento é possível porque esta fase é mais avançada do que a fase de pesquisa, havendo a possibilidade de a empresa já poder aferir a probabilidade desses ativos intangíveis gerarem benefícios económicos futuros (Cañibano, 2012). Contudo, para se poder proceder à capitalização, a empresa tem de demonstrar que o recurso preenche determinados critérios altamente restritivos e difíceis de demonstrar, como a disponibilidade de recursos económicos, técnicos e financeiros para a conclusão do desenvolvimento. Shah et al. (2013) referem que o IASB considera que a imposição do respeito destas condições restritivas melhora a comparabilidade da informação financeira, reduzindo a subjetividade na capitalização das despesas. Por outro lado, os mesmos autores defendem que a atribuição de mais permissividade às empresas na capitalização das atividades de I&D pode ajudar as mesmas a transmitir informações relevantes aos *stakeholders* e reduzir a assimetria de informação.

Parte III – Estudo empírico

Capítulo 1 - Enquadramento do estudo empírico

Neste capítulo, pretende-se apresentar os objetivos definidos, as questões de investigação e a metodologia utilizada para atingir esses objetivos. Iremos formular as questões que pretendemos vir a responder ao longo do trabalho empírico e, com base nestas, o mesmo será dividido em duas partes, correspondentes aos capítulos segundo e terceiro desta terceira parte.

1.1 Objetivos do estudo

O objetivo deste trabalho é analisar a contabilização das atividades de I&D nas entidades farmacêuticas. Atualmente, o foco dos estudos académicos tem sido a análise das grandes empresas, privilegiando as empresas com ações cotadas em mercados regulamentados. Muito raramente os académicos dedicam-se ao estudo das Pequenas e Médias Empresas (PMEs)⁵, devido entre outras razões à falta de informação disponível e a uma maior heterogeneidade existente nesta categoria empresarial, e que se traduz numa maior dificuldade de análise. Apesar das maiores dificuldades que um investigador encontra no estudo das PMEs, estas representam 99,7% do tecido empresarial português (Instituto Nacional de Estatística, 2014), não podendo nem devendo passar despercebidas aos investigadores.

Pelas razões descritas acima, e tendo em conta que o desenvolvimento do estágio curricular decorreu numa PME do setor farmacêutico em Portugal, pretende-se com este trabalho efetuar uma análise das atividades de I&D nesta entidade e efetuar um estudo comparativo com as empresas farmacêuticas que, em Portugal, desempenham a mesma atividade económica.

Para além disto, procurámos analisar o nível das divulgações efetuadas sobre as atividades de I&D. No entanto, devido às limitações descritas acima associadas à falta de informação com que o investigador tem de lidar quando o seu

⁵ Com a designação de PME define-se uma empresa que emprega menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede os 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros (INE).

objeto de análise é o universo das PMEs, para o estudo das divulgações iremos analisar as grandes empresas do setor na zona euro. Especificamente, procurámos comparar o nível de divulgação das atividades de I&D entre a Bluepharma e as empresas do mesmo setor cotadas nos índices de capitalização bolsista de países da zona euro. Para este fim, procurámos identificar o nível de divulgação das atividades de I&D, no que diz respeito às informações divulgadas de forma voluntária pelas entidades da amostra selecionada, referentes aos últimos três anos, isto é os períodos de 2012, 2013 e 2014.

1.2 Questões de investigação

As questões de investigação são as seguintes:

- Quais as atividades de I&D desenvolvidas pelas empresas farmacêuticas em Portugal e qual o nível de investimento das mesmas neste tipo de atividades?
- Que tipo de informação sobre as atividades de I&D é divulgada nos Relatórios e Contas das empresas cotadas em países da zona euro no mesmo setor da Bluepharma?

Procuramos responder às questões formuladas com duas análises distintas mas ao mesmo tempo complementares ao nosso objeto de estudo.

Capítulo 2 - Atividades de I&D nas entidades farmacêuticas portuguesas

Para aprofundarmos a análise às atividades de I&D das empresas farmacêuticas portuguesas, efetuámos uma seleção das entidades por setor de atividade e analisámos as Demonstrações Financeiras das mesmas.

Para a realização do estudo, foi definida como população alvo o conjunto das entidades portuguesas com o mesmo CAE⁶ da Bluepharma, ou seja, as entidades cuja atividade económica principal é a produção de medicamentos.

2.1 Definição da amostra

A extração da população foi efetuada recorrendo à base de dados SABI⁷. As entidades portuguesas com o mesmo CAE extraídas da base de dados foram 151. Para definição da amostra, excluímos as entidades pelas quais não dispomos de informações disponíveis sobre as atividades de I&D simultaneamente nos três anos de análise. Desta forma, resultou uma amostra constituída por 6 entidades, incluída a Bluepharma.

Na tabela 2 ilustramos as entidades selecionadas e os respetivos valores extraídos dos projetos de desenvolvimento que integram o balanço das mesmas ao longo de três anos de análise, correspondentes aos períodos de 2012, 2013 e 2014⁸. Incluímos a Bluepharma para obtermos uma visão mais completa de como a mesma se coloca em comparação com as outras entidades selecionadas.

⁶ Por CAE designa-se a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, isto é um código de classificação das atividades económicas a adotar a nível nacional, regulado pelo Decreto-Lei nº 381/2007 de 14 de Novembro. O objetivo é o da harmonização da classificação das atividades económicas na União Europeia e nas Nações Unidas (em linha com o Regulamento (CE) nº 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro), para assegurar a comparabilidade das metodologias e conceitos na análise da informação estatística.

⁷ O SABI é uma base de dados com informação empresarial sobre 2,7 milhões de entidades portuguesas e espanholas (1,9 milhões das quais com contas). O SABI é uma ferramenta de pesquisa e tratamento de dados flexível para a análise financeira das empresas.

⁸ O período de 2015 não foi incluído na nossa análise devido a razões de acessibilidade e disponibilidade de dados, tendo em consideração que muitas entidades procedem à divulgação da prestação de contas no segundo e terceiro trimestre do ano civil, período posterior ao estudo efetuado.

Tabela 2 – Entidades por projetos de desenvolvimento capitalizados (milhares de euros).

Entidades	2014	2013	2012
BIAL, PORTELA & CA., S.A.	72.870	81.487	81.318
BLUEPHARMA - INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, S.A.	1.280	1.472	1.663
LABESFAL - LABORATÓRIOS ALMIRO, S.A.	1	11	21
LABORATÓRIOS ATRAL, S.A.	178	292	152
SO FARIMEX - INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA, S.A.	130	115	341
TECNIMEDE - SOCIEDADE TÉCNICO-MEDICINAL, S.A.	102	217	102
Total	74.573	83.899	177.899

Fonte: Elaboração própria.

2.2 Breve caracterização das entidades selecionadas⁹

A **Bial - Portela & Companhia, SA** (doravante Bial) é a maior empresa farmacêutica portuguesa. Foi fundada em 1924, tem hoje cerca de 800 funcionários, um volume de negócios de € 150 milhões de euros e opera em mais de 40 países. A sua sede está localizada em São Mamede do Coronado, Porto, na região Norte de Portugal.

É uma entidade que aposta em fortes investimentos em I&D e canaliza mais de 20% da sua faturação anual para os centros de I&D dedicados à procura de novos fármacos nos campos do sistema nervoso central, da cardiologia e da imunoterapia.

A Bial tem um centro de I&D próprio, assim como um complexo industrial em Portugal. Em Espanha, a empresa dispõe ainda de uma unidade de produção de vacinas e um centro de I&D dedicado à área da imunoterapia alérgica. Para além de equipas próprias, a Bial procura encontrar parceiros locais para a implementação dos seus produtos e aposta fortemente na internacionalização.

A **Labesfal – Laboratórios Almiro, S.A.** (doravante Labesfal) é subsidiária a 100% do Grupo Fresenius Kabi alemão, líder em terapêuticas de perfusão e

⁹ Fontes: *websites* das entidades analisadas.

nutrição clínica na Europa. Nasceu como empresa familiar e tornou-se hoje uma das mais bem-sucedidas empresas em Portugal, com cerca de 400 colaboradores e um volume de negócios de cerca de 106 milhões de euros.

Os **Laboratórios Atral, S.A.** (doravante Laboratórios Atral) pertencem ao Grupo AtralCipan que desenvolve a sua atividade na área dos princípios ativos farmacêuticos, produtos acabados para a saúde e serviços de desenvolvimento e fabricação. Os Laboratórios Atral, com um volume de negócios de cerca de 20 milhões de euros, são conhecidos pela produção de antibióticos em Portugal, tendo duas unidades industriais dedicadas exclusivamente à produção de medicamentos antibióticos. As atividades de I&D são determinantes na empresa que dispõe de um departamento de Inovação e Desenvolvimento dedicado ao desenvolvimento de novos produtos.

A **Sofarimex - Indústria Química e Farmacêutica, S.A.** (doravante Sofarimex) pertence ao Grupo Azevedos, cuja atividade se foca na área da produção de especialidades farmacêuticas e serviços de formulação e desenvolvimento de estudos e processos entre outros. A atividade do Grupo foi dividida em segmentos, em que cada segmento corresponde a uma empresa e/ou unidade funcional especializada e competitiva na área respetiva. Na área industrial, a Sofarimex é o primeiro produtor de medicamentos em Portugal, especializada na produção farmacêutica de pequenas e médias séries à escala europeia, exporta mais de 75% dos seus produtos fabricados.

A **Tecnimede – Sociedade Técnico-Medicinal, S.A.**, (doravante Tecnimede) com um volume de negócios de cerca de 70 milhões de euros, centra-se no desenvolvimento, produção e venda de produtos genéricos. A empresa dispõe de um laboratório de I&D totalmente equipado, investindo cerca de 15% a 20% da faturação anual em projetos de I&D.

2.3 Análise e discussão dos resultados

Se considerarmos apenas o valor absoluto dos gastos em desenvolvimento capitalizados (Tabela 2), verificamos um grande desnível entre a Bial e as outras entidades selecionadas.

Para determinar o papel que os projetos de desenvolvimento desempenham na atividade das empresas e a sua importância, analisámos os valores das mesmas em termos relativos e não apenas em termos absolutos. Jones (2007) estuda a divulgação das entidades cotadas que investem em I&D, classificando as mesmas com base na relação existente entre as despesas de I&D e as vendas, de forma a garantir que as atividades de I&D constituem uma parte essencial na operacionalidade das empresas.

Seguindo esta linha, para todas as entidades da amostra selecionada procurámos relacionar o valor das despesas em I&D com o valor das vendas. Enquanto o volume de vendas representa uma informação integrada nas Demonstrações Financeiras das entidades, as informações sobre as despesas em I&D representam uma informação sensível e que não constava dos dados extraídos da base de dados SABI. Assim, retirámos os dados que constam da publicação anual da Direção Geral de Estatística da Educação e Ciência sobre as empresas com mais despesas em atividades de I&D. A publicação é apresentada com base no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional que é efetuado com periodicidade anual e constitui uma fonte de informação estatística oficial sobre as atividades de I&D em Portugal.

Os dados mais recentes disponíveis até à data correspondem ao ano de 2013, daí não dispormos dos dados para o ano de 2014 embora seja um dos períodos em que se pretende desenvolver o estudo. Adicionalmente, verificámos que algumas das entidades que foram chamadas a responder ao inquérito não autorizaram a divulgação dos dados. As informações retiradas podem ser resumidas na tabela seguinte:

Tabela 3 – Despesas em I&D incorridas nos períodos de 2012 e 2013 (em euros).

Entidade	Despesas em I&D	Despesas em I&D
	(2013)	(2012)
Bial	50.785.337	55.648.267
Tecnimedede	6.468.848	7.729.776
Bluepharma	5.074.595	5.041.176
Sofarimex	1.321.897	N.a.
Laboratórios Atral	1.137.421	N.a.
Labesfal	914	922.861

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da publicação anual da DGEEC.

Devido ao facto de não terem autorizado a divulgação dos seus dados, ou por não terem respondido ao pedido de solicitação de autorização, não foram encontradas informações sobre a Sofarimex assim como sobre os Laboratórios Atral para o ano de 2012.

Tabela 4 – Peso relativo das despesas de I&D nas vendas das diferentes entidades

Empresas	2013			2012		
	I&D	31.12.2013	I&D/Vendas	I&D	31.12.2012	I&D/Vendas
Bial	50.785.337	122.480.855	41%	55.648.267	141.068.805	39%
Tecnimedede	6.468.848	62.625.932	10%	7.729.776	65.485.737	12%
Bluepharma	5.712.855	35.030.285	16%	5.041.176	29.079.219	17%
Sofarimex	1.321.897	28.694.200	5%	n.a.	28.486.405	n.a.
Laboratórios Atral	1.137.421	23.027.601	5%	n.a.	22.368.131	n.a.
Labesfal	914.412	134.055.661	1%	922.861	128.453.270	1%

Fonte: Elaboração própria

Verificámos que a Bial destaca-se pela grande importância que os projetos de desenvolvimento desempenham na sua atividade, com despesas em I&D que atingem cerca de 40% das vendas anuais. De facto, trata-se do maior grupo farmacêutico português e um dos principais na Península Ibérica, que faz da

investigação e desenvolvimento uma área estratégica e ponto forte no desenvolvimento desta entidade. Das outras entidades, também a Tecnimed e a Bluepharma mostram ter uma forte aposta na política de investimento em I&D, apesar de investirem uma percentagem das vendas anuais relativamente inferior em comparação com a Bial. As restantes entidades atribuem menos recursos para as atividades de I&D.

Capítulo 3 - Divulgações sobre I&D

3.1 - Metodologia

O termo “metodologia” faz referência à forma como a pesquisa é conduzida, à forma como é realizada a abordagem aos problemas para a procura das soluções (Taylor et al., 2015). Para respondermos às questões formuladas optou-se pela utilização de abordagens qualitativas. Trata-se de uma abordagem utilizada nas ciências sociais que visa recolher dados essencialmente descritivos em que o investigador se interessa essencialmente, na compreensão, explicação de uma realidade complexa para reflexão crítica e construção de significados e conceitos que traduzem essa realidade (Bogdan e Biklen, 1994). A metodologia qualitativa é de tipo exploratório e centra-se na interpretação e compreensão dos fenómenos sociais (Vieira e Major, 2012). Trata-se de um método de pesquisa indutiva, que parte de factos comprovados para chegar ao conhecimento e tirar uma conclusão (Taylor et al., 2015).

Prodanov e Freitas (2013) realçam que este tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo facto de não ter como prioridade a medição dos dados e o recurso a técnicas estatísticas. Pelo contrário, foca-se no entendimento, descrição e no processo de investigação. Os mesmos autores evidenciam que “nas pesquisas qualitativas, o conjunto inicial de categorias, em geral, é reexaminado e modificado sucessivamente, com vista a obter ideais mais abrangentes e significativas” (Prodanov e Freitas, 2013: 114).

A pesquisa qualitativa aplicada para o estudo das divulgações pode utilizar abordagens diversas. Beattie, McInnes and Fearnley (2004) *apud* Urquiza et al (2009) distinguem as diferentes abordagens qualitativas em estudos subjetivos, que fazem uma classificação das entidades de acordo com a quantidade das informações divulgadas, dos estudos semi-objetivos, cujas técnicas utilizadas são essencialmente a análise de conteúdo, análise linguística e de texto, e a construção dos índices de divulgação.

A técnica de recolha de dados utilizada para este estudo é a análise de conteúdo aos Relatórios e Contas. Para a análise das divulgações foi utilizada uma *check-list* utilizada em estudos anteriores sobre as divulgações e com base nos resultados obtidos foi construído um índice de divulgação.

3.1.1 Definição da amostra

Para obtermos respostas à hipótese de investigação, definimos a população alvo e, com base nesta, definimos uma amostra para o desenvolvimento do estudo empírico. A população alvo é representada pelas entidades farmacêuticas da zona euro. A amostra definida inclui as entidades com valores cotados nos principais índices de capitalização bolsista dos países da zona euro, no período de 31 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

A escolha de entidades com ações cotadas prende-se com o facto de estas entidades aplicarem as normas IAS/IFRS, por efeito do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu. Desta forma garante-se a comparabilidade entre as contas da Bluepharma, que aplica as normas internacionais na preparação das demonstrações financeiras, e as entidades da amostra selecionada. Adicionalmente, as entidades cotadas têm a obrigação de publicação das contas anuais, garantindo o mais fácil acesso à informação financeira divulgada.

Após analisarmos, através de consulta dos sítios de internet, os principais índices bolsistas de cada um dos 19 países que compõem atualmente a zona euro, verificámos que apenas 8 empresas pertencem ao setor farmacêutico. Na tabela seguinte apresentam-se as entidades da amostra.

Tabela 5 – Entidades do setor farmacêutico que integravam os principais índices da zona euro no período de 2012 a 2014

Entidade	País Zona Euro	Acrónimo
Bayer Group	Alemanha	Bayer
Galapagos Group	Bélgica	Galapagos
Grifols Group	Espanha	Grifols
Merck Group	Alemanha	Merck
Orion Group	Finlândia	Orion
Sanofi Group	França	Sanofi
Thrombogenics Group	Bélgica	Thrombogenics
UCB Group	Bélgica	UCB
Grupo Bluepharma	Portugal	Bluepharma

Fonte: Elaboração própria.

As entidades da amostra selecionada apresentam os seguintes valores do ativo consolidado nos três anos de análise.

Tabela 6 – Valor do ativo das entidades da amostra no período de análise (2012-2014).

Entidade	Milhares de euros				
	2014	% Var.	2013	% Var.	2012
Bayer	70.234.000	37%	51.317.000	0%	51.336.000
Galapagos	270.467	-6%	287.374	22%	235.329
Grifols	8.449.749	45%	5.841.036	4%	5.627.474
Merck	26.010.100	25%	20.818.600	-4%	21.643.300
Orion	1.001.500	2%	979.000	17%	836.900
Sanofi	97.392.000	1%	96.055.000	-4%	100.399.000
Thrombogenics	220.714	-19%	271.154	13%	239.171
UCB	10.148.000	4%	9.760.000	5%	9.256.000

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se observa na tabela anterior, a entidade que apresenta o maior ativo consolidado é a Sanofi, com o valor de 97.392 milhões, seguida pela Bayer e Merck, com respectivamente 70.234 milhões e 26.010 milhões. As entidades com mais baixos valores de ativo são a Thrombogenics e a Galapagos, com respectivamente 220 milhões e 270 milhões. Para compreender o peso das atividades de I&D, apresentamos a seguir a tabela 7, que ilustra o valor dos ativos intangíveis e o valor capitalizado dos projetos de desenvolvimento.

Tabela 7 – Ativos intangíveis e projetos de desenvolvimento na Demonstração da Posição Financeira.

Milhares €

Entidade	Ativos intangíveis			Projetos de desenvolvimento		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Bayer	15.653.000	8.914.000	9.464.000	729.000	644.000	893.000
Galapagos	2.015	7.832	9.424	-	-	-
Grifols	1.068.361	946.435	969.095	45.262	53.958	43.488
Merck	11.396.000	9.867.000	10.945.000	-	-	-
Orion	50.000	57.000	62.000	-	-	-
Sanofi	14.543.000	15.395.000	20.192.000	1.441.000	1.993.000	4.083.000
Thrombogenics	62.388	69.209	72.338	62.388	69.209	72.338
UCB	1.219.000	1.312.000	1.386.000	-	-	-

Fonte: Elaboração própria.

A entidade que capitaliza um maior valor de projetos de desenvolvimento é a Sanofi, que registra cerca de 1,5 milhões em 2014, seguida pela Bayer com 729.000 no mesmo período. As entidades Grifols e Thrombogenics capitalizaram projetos de desenvolvimento nos três anos de análise, apesar de terem em ativo um valor comparativamente inferior às primeiras duas entidades. Como é possível observar na tabela acima, as outras entidades não têm projetos de desenvolvimento registrados como ativos no mesmo período de análise.

Pela análise dos Relatórios e Contas das entidades que não capitalizaram projetos de I&D nos três anos de análise, foi possível verificar que cada uma apresenta razões diferentes. No caso da UCB nenhum dos projetos em curso encontra-se numa fase que permite o cumprimento dos critérios de reconhecimento definidos pelas normas, pelo que não foi possível a capitalização das despesas em I&D. O mesmo acontece no caso da Orion, cujos projetos de desenvolvimento em curso não obtiveram autorização para a introdução no mercado. A visão que partilha a Orion é que apenas após a aprovação da entidade reguladora é possível a capitalização dos custos associados aos projetos de I&D.

No que toca à Merck, na parte dos R&C em que são explicadas as políticas contabilísticas, esta realça os riscos elevados que acompanham o processo de desenvolvimento de um produto farmacêutico até este obter a aprovação pela entidade reguladora. Devido aos riscos referidos e ao longo tempo necessário para o lançamento do produto no mercado, a Merck refere que os critérios de reconhecimento dos normativos contabilísticos não podem ser cumpridos no negócio farmacêutico. Finalmente, acrescenta que os custos incorridos após a autorização à entrada no mercado, e que, portanto, poderiam ser capitalizados enquanto cumprem os requisitos das normas, são de montante irrelevante, com a consequência que nem estes custos são capitalizados.

Finalmente, a Galapagos apresenta um valor nulo para os projetos de desenvolvimento em curso capitalizados porque já se encontram completamente amortizados.

3.1.2 Recolha de dados

Para o desenvolvimento do estudo foram recolhidos os Relatórios e Contas das entidades da amostra, referentes aos períodos de 2012, 2013 e 2014. A prestação de contas anual efetuada pelas empresas é considerada como um meio fundamental de divulgação da informação financeira de acordo com Hassan e Marston (2010).

Optou-se por recolher os Relatórios e Contas nas páginas *web* das entidades, uma vez que as mesmas divulgam regularmente este tipo de informação. A informação foi recolhida através da consulta do Relatório de Gestão, da Demonstração da Posição Financeira, da Demonstração dos Resultados e pelas Notas. Especificamente foram consultadas todas as divulgações sobre as atividades de I&D e projetos de desenvolvimento.

3.1.3 Análise de conteúdo

À semelhança de outros estudos efetuados no âmbito das divulgações (por exemplo Jones, 2007; Nekhili et al., 2012; Lopes, 2013b; La Rosa et al., 2015), o instrumento de recolha de dados utilizado neste estudo é a análise de conteúdo aos Relatórios e Contas anuais. Krippendorff (2004) define a análise de conteúdo como uma técnica de pesquisa que, a partir de textos, produz inferências válidas e replicáveis ao contexto da investigação. Bardin (2011:44) define a análise de conteúdos como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção destas mensagens”. Para Lee e Guthrie (2010) *apud* Silva (2012) trata-se de uma abordagem sólida e uma das poucas disponíveis na análise dos textos.

Hassan e Marston (2010) distinguem duas abordagens para o estudo das divulgações com base na literatura existente. A primeira abordagem inclui procedimentos que não analisam diretamente o meio de divulgação original, ou seja, utilizam questionários e/ou entrevistas feitas a analistas financeiros, investidores ou outros grupos de utentes das divulgações. A segunda abordagem utiliza a fonte de divulgação original, como relatórios anuais e *website* entre outros.

A recolha dos dados deve ser sistemática, ou seja, deve ser definido previamente como codificar o conteúdo de forma a garantir a operacionalidade da análise de conteúdos (Silva, 2012). A análise de conteúdo dos relatórios anuais pode ser implementada juntamente com o uso de um índice de divulgação.

3.1.4 Índice de divulgação

Neste estudo pretendemos medir o nível de divulgação voluntária das informações relacionadas com atividades de I&D, divulgadas nos Relatórios e Contas das entidades que constam da amostra selecionada. Para este fim, iremos construir um índice de divulgação com base na análise de conteúdo, que nos permita medir a extensão do nível de divulgação efetuadas sobre as atividades de

I&D. Existe uma extensa literatura sobre as divulgações voluntárias e a sua medição (ver por exemplo Healy e Palepu, 2001). Apesar de serem utilizadas abordagens diversas, que procuram medir a qualidade das divulgações efetuadas, tornou-se muito difuso a utilização de índices de divulgação (Urquiza et al. 2009). Um índice de divulgação inclui uma lista de itens selecionados que podem ser divulgados nos relatórios anuais das empresas (Marston e Shrives, 1991 *apud* Hassan et al., 2010). O índice utilizado neste estudo trata-se de um índice de âmbito¹⁰ sugerido por Urquiza et al. (2009), semelhante ou igual aos índices de divulgação utilizados em estudos anteriores (ver por exemplo, La Rosa e Liberatore, 2014).

$$ID = \frac{\text{Nº itens empresa } i}{\text{Nº total de itens possíveis empresa } i}$$

Este índice é calculado dividindo o número de itens que a empresa *i* divulga pelo número de itens de divulgação possíveis. Foi previamente definida uma *check-list* composta por 58 itens de divulgação que pertencem a 9 categorias diferentes, como apresentado no quadro na Tabela 8. Utilizamos a lista de itens de divulgação construída por La Rosa e Liberatore (2014) para a análise das divulgações em I&D de empresas do setor químico e bio farmacêutico. A *check-list* utilizada baseia-se no estudo realizado por Jones (2007) e ampliada para integrar as contribuições da literatura posterior sobre as divulgações voluntárias em I&D.

Os índices de divulgação podem ser índices de presença se determinam a presença de algo, ou índices de frequência se determinam a frequência de aparecimento de algo (Silva, 2012). Urquiza et al. (2009) considera que a divulgação de uma informação de tipo quantitativo proporciona uma informação mais específica do que uma informação de tipo descritivo, merecendo uma pontuação maior. Contudo, este método envolve uma componente ainda maior de subjetividade (La Rosa et al., 2014), pelo que no nosso estudo será exclusivamente atribuído o valor conforme a existência ou inexistência de um item de divulgação,

¹⁰ Tradução própria do termo “Scope Index” utilizado pelos autores Urquiza et al. (2009).

em linha com estudos semelhantes. Assim, os valores são atribuídos da seguinte forma:

- 0 pontos se não é divulgado o item em análise;
- 1 ponto se é divulgado o item em análise.

Este tipo de índice apresenta a limitação de não avaliar a qualidade da divulgação mas exclusivamente a presença de um determinado item. Contudo, apresenta um menor nível de subjetividade comparativamente com os índices cujo propósito é medir a qualidade das divulgações.

3.2 Análise e discussão dos resultados

Na análise efetuada, constatou-se que cada entidade objeto de estudo divulga o mesmo tipo de informação nos três anos de análise, não evidenciando diferenças relativamente à natureza das informações divulgadas sobre as atividades de I&D. Por outras palavras não foram encontradas diferenças nos índices de divulgação para os períodos de 2012, 2013 e 2014, referentes às divulgações efetuadas pela mesma entidade. Contudo, verificaram-se diferenças nos índices de divulgação entre as entidades da amostra. Assim, na tabela seguinte podemos verificar os itens de divulgação comuns às entidades da amostra e os que representam uma divulgação mais reduzida ou inexistente.

Tabela 8 – Resumo das divulgações efetuadas nos Relatórios e Contas das entidades da amostra.

Nº Item	Descrição Item de Divulgação	Total
	Informações gerais sobre atividades de I&D	
1	Nº de empregados em I&D	6
2	Local, natureza e infraestrutura I&D	5
3	I&D em <i>outsourcing</i>	1
	Gastos correntes em I&D	
4	Discussão sobre as despesas de I&D	8
5	Discussão sobre as alterações nas despesas em I&D	8
6	Discussão sobre as alterações nas despesas em I&D como % das vendas	3
7	Desagregação das despesas por natureza (empregados, laboratórios, etc.)	5
8	Desagregação entre despesas capitalizadas e incorridas como gastos	7
	Gastos futuros em I&D	
9	Previsão de despesa em I&D	4
10	Montante da despesa futura (ou % das vendas)	2
11	Razões de alteração em despesas futuras	1
12	Aquisição prevista de tecnologia existente	1
	Projetos de pesquisa em curso	
13	Discussão geral sobre atividades de pesquisa	8
14	Separação entre pesquisa básica e aplicada	0
15	Investimentos em pesquisa básica	0
16	Investimentos em pesquisa aplicada	0
17	Descrição do <i>status</i> dos projetos de I&D (fase pré-clínica/clínica)	8
18	Aquisição de tecnologia por meio de compra ou fusão	2
19	Novos projetos	8
20	Separação dos montantes gastos em cada projeto	1
21	Fracasso de antigos projetos	1
22	Tempo estimado para conclusão	2
23	Probabilidade de sucesso	1
	Fases de Desenvolvimento dos produtos	
24	Descrição dos produtos em fase de teste	8
25	Probabilidade de sucesso do novo produto	1
26	Data em que a fase de teste será concluída	3
27	Aprovação pela entidade reguladora	8
28	Despesas em I&D investidas no desenvolvimento do produto	0

29	Discussão sobre a introdução de novos produtos	5
30	Data de comercialização	3
31	Preço de venda estimado	0
32	Discussão sobre a produção de AFT	0
33	Unidades estimadas	0
34	Vendas esperadas	1
35	Vendas esperadas por múltiplos anos ou crescimento das vendas	0
36	Cota de mercado esperada	1
37	Dimensão estimada do mercado para o novo produto	0
38	Descrição e <i>status</i> do portfolio dos produtos	5
39	Discussão sobre outras produções e despesas de marketing	1
	Discussão sobre patentes	
40	Declarações sobre a política de proteção da patente	7
41	<i>Status</i> do processo de registo da patente	2
42	Comentários sobre patentes pendentes	2
43	Detalhe das patentes detidas pela empresa	3
44	Descrição e <i>status</i> dos contratos de licenciamento	4
	Aspetos estratégicos	
45	Avaliação em geral da concorrência	5
46	Declaração das políticas, estratégias e objetivos das atividades de I&D	8
47	Força competitiva das I&D em comparação aos concorrentes	2
48	Comparação das despesas em I&D com as despesas dos concorrentes	0
49	Acordos e parcerias com outras instituições e parceiros	8
	Aspetos financeiros	
50	Subsídios recebidos para as atividades de I&D	4
51	Recursos financeiros para projetos de I&D de longo prazo	1
52	Fontes de financiamento passadas e presentes	3
53	Fontes de financiamento futuras	1
	Aspetos contabilísticos	
54	Comparação - Período anterior	7
55	Comparação – Concorrentes	0
56	Comparação – Orçamento	1
57	Rácios I&D	3
58	Política contabilística	8

Fonte: Elaboração própria.

A coluna “Total” apresenta o número das empresas que divulgam um determinado tipo de item. Desta forma, um item terá um valor mínimo de 0 no caso de nenhuma das entidades da amostra divulgar o mesmo nos seus R&C e valor máximo de 8 se a informação é divulgada por todas as empresas.

Foi possível verificar que todas as entidades divulgam informações gerais relacionadas com as atividades de pesquisa e desenvolvimento efetuadas, incluindo informações sobre o *status* dos projetos em curso e os novos produtos em desenvolvimento, as políticas e estratégias implementadas na área da I&D e as parcerias e acordos existentes para a sua realização. Para além disso, todas divulgam o montante das despesas relacionadas com as atividades de I&D incorridas no período de reporte.

Por outro lado, constatou-se que alguns dos itens da *check-list* não foram divulgados por nenhuma das empresas da amostra. Especificamente, as entidades não diferenciam a pesquisa básica da pesquisa aplicada, assim como não diferenciam as despesas relacionadas com a atividade de pesquisa e as despesas relacionadas com as atividades de desenvolvimento, mas costumam juntar os dois conceitos. Relativamente aos produtos em fase de desenvolvimento, não são divulgadas as estimativas dos preços de venda, das unidades a produzir e a dimensão do mercado potencial. No nosso entender, a inexistência deste tipo de informações previsionais poderá estar ligada ao facto de se tratarem de informações com um elevado grau de sensibilidade, que poderiam ser utilizados pela concorrência.

No que diz respeito às informações de outra natureza, constatou-se que menos de metade das empresas divulga dados detalhados como, por exemplo, sobre os gastos atribuídos a cada projeto ou sobre as patentes detidas. Mais frequentemente encontramos a desagregação das despesas em I&D por natureza e a distinção entre a parte da despesa capitalizada e aquela que foi considerada gasto do período.

Os resultados da análise de conteúdo são utilizados para a construção de um índice de divulgação para cada entidade da amostra, de forma a determinar o nível de divulgação das mesmas. A tabela 9 que se apresenta a seguir resume o

valor dos índices de divulgação das entidades da amostra em ordem decrescente, onde já se inclui a Bluepharma com o intuito de a compararmos com a amostra.

Tabela 9 – Resultado dos Índices de Divulgação calculados para as entidades da amostra

Entidade	ID
Bayer	0,6207
Sanofi	0,5000
Galapagos	0,4310
TromboGenics	0,4138
Merck	0,3966
Grifols	0,3448
UCB	0,2759
Bluepharma	0,2759
Orion	0,2414

Fonte: Elaboração própria.

O valor do índice assume valor igual a 1 quando a entidade divulga a totalidade dos itens que constam na *check-list* e valor igual a 0 quando a entidade não divulga nenhum dos itens de divulgação. Desta forma, quanto mais o valor se aproximar de 1, maior o nível de divulgação efetuada por uma determinada entidade sobre as atividades de I&D. Os resultados sintetizados na tabela anterior mostram que as entidades de dimensão maior são as que divulgam mais. De facto, a entidade da amostra que divulga menos é a Orion, com uma divulgação de apenas 24% dos itens, enquanto a Bayer é a entidade que mais divulga, atingindo o valor de mais de 62%. Este resultado vai de encontro à literatura, que encontra evidências de que as maiores empresas demonstram um nível de divulgação maior (Bozzolan et al., 2003 *apud* La Rosa et al., 2015).

Para além da relação entre a dimensão e a divulgação da empresa, La Rosa et al. (2015) referem que o montante das despesas em atividades de I&D encontra-se positivamente relacionado com o nível de divulgação. No nosso estudo verifica-se que as duas entidades com um índice de divulgação maior, a Bayer e a Sanofi, são também as entidades com investimentos em I&D superiores às outras

entidades da amostra. A Bayer registou despesas em I&D, com referências ao período de 2014, por um valor de 3.574 milhões de euros e a Sanofi um valor de 4.824 milhões de euros. Contudo, não se pode estabelecer uma relação entre o montante da despesa em I&D e o nível das divulgações, como evidenciado pela tabela seguinte.

Tabela 10 – Índice de divulgação e despesas em I&D

Entidade	ID	Despesas em I&D em 2014 (M€)
Bayer	0,6207	3.574
Sanofi	0,5000	4.824
Galapagos	0,4310	111
TromboGenics	0,4138	23
Merck	0,3966	1.704
Grifols	0,3448	181
UCB	0,2759	928
Bluepharma	0,2759	6
Orion	0,2414	106

Fonte: Elaboração própria.

A Bluepharma, apesar de apresentar um nível de investimentos em I&D muito inferior às entidades da amostra, justificada pela sua reduzida dimensão em comparação às entidades da amostra, apresenta um índice de divulgação igual ao apresentado pela UCB e superior ao apresentado pela Orion.

O nível de divulgação pode ainda estar relacionada com a estratégia implementada em torno das divulgações. Por um lado, as empresas sabem que a divulgação de informações sobre atividades de I&D necessita de cuidado para evitar a divulgação de detalhes que poderiam criar uma vantagem competitiva para os concorrentes (Nekhili et al., 2012). Por outro lado, podem querer disponibilizar mais informações, como por exemplo para justificar as despesas incorridas em I&D

que não foram capitalizadas, no sentido de transmitir ao mercado os investimentos efetuados (James e Shaver, 2008 *apud* La Rosa et al., 2015).

Conclusão

O presente relatório ocorreu no âmbito do estágio curricular realizado na Bluepharma, Industria Farmacêutica S.A. que integra a vertente profissional do plano de estudos do Mestrado em Contabilidade e Finanças na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O estágio permitiu a colocação em prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico e o desenvolvimento de novos conhecimentos e capacidades. Este estágio revelou-se uma experiência enriquecedora a nível pessoal e profissional.

No que diz respeito ao relatório de estágio, este permitiu o estudo da contabilização das atividades de I&D e as divulgações efetuadas a este respeito. Procurou-se aprofundar a temática no contexto farmacêutico, com o objetivo de interligar os conhecimentos adquiridos no estágio curricular e o estudo do tema proposto.

A análise das atividades de I&D foi realizada em duas vertentes. A primeira vertente incidiu sobre as atividades de I&D desenvolvidas pelas empresas farmacêuticas portuguesas com mesmo CAE da entidade de acolhimento do estágio curricular. Verificámos que as entidades farmacêuticas portuguesas apresentam em geral uma dimensão reduzida, sendo que nenhuma detém ações cotadas em mercados regulamentados e apenas algumas podem ser consideradas grandes empresas. O nível de investimentos em atividades de I&D tem crescido ao longo dos anos, demonstrando a importância crescente que as entidades atribuem aos investimentos em inovação como fator de sucesso e diferenciação. Contudo, os estudos efetuados sobre pequenas e médias entidades apresentam uma grande limitação para o investigador, nomeadamente por falta da disponibilização de informação necessária.

A segunda vertente de investigação correspondeu à análise das divulgações apresentadas nos Relatórios e Contas pelas entidades farmacêuticas listadas nos principais índices de mercado bolsista nos países da zona euro. Verificámos, para os três anos de análise de 2012, 2013 e 2014, que as entidades da amostra divulgam principalmente informações relacionadas com as políticas, as estratégias e os objetivos das atividades de I&D, os aspetos contabilísticos e informações gerais sobre as despesas correntes incorridas com este tipo de

investimentos. Por outro lado, apresentam alguma resistência na divulgação de informações relacionadas com os projetos de pesquisa em curso e novos e o grau de desenvolvimento dos projetos em curso. Podemos ainda concluir que não é geralmente divulgada informação sobre as previsões de despesas em atividades de I&D e aspetos previsionais no âmbito das investigações futuras.

Relativamente à literatura que defende que existiria uma relação entre o nível de despesas em I&D e o nível das divulgações (La Rosa et al., 2014), no sentido que aos elevados investimentos em I&D correspondem níveis mais altos de divulgação, os nossos resultados não seguem a mesma linha. De facto, a relação entre o índice de divulgação e o montante de despesas em I&D parece estar relacionado no caso da Bayer e da Sanofi, que totalizam os dois valores mais altos do índice de divulgação e também são as que mais investiram em I&D. Contudo, o mesmo não se verifica pela Trombogenics, que apresenta um valor do índice de divulgação superior à média apesar de ser a entidade que investiu menos em I&D.

Os nossos resultados parecem encontrar uma justificação no afirmado por Nekhili et al. (2012), ou seja as divulgações podem resultar de estratégias não relacionadas com o montante dos investimentos ou a dimensão da empresa.

O presente estudo apresenta algumas limitações. O índice de divulgação utilizado não considera o tipo e o detalhe da informação divulgada, não permitindo a atribuição de pesos diferentes a diferentes tipos de itens de divulgação, ou seja, não existe uma distinção dos itens por relevância. Para além disso, trata-se de um método com um determinado grau de subjetividade que poderia ser mitigado pela combinação com outras metodologias.

Este estudo poderia ser aprofundado, e seguir diferentes linhas de investigação. Seria interessante investigar se existe alguma correlação entre a capitalização das atividades de I&D e as divulgações apresentadas a este respeito. Uma possível investigação futura poderia também ter em conta um universo maior de empresas, incluindo na amostra todas as empresas com valores cotados da zona euro.

Referências bibliográficas

Bandeira, A.A.M. (2010) *Activos intangíveis e atividades de I&D*. Vida Económica Editorial-Porto.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. 3. reimp. Lisboa: Edições, 70.

Bogdan, R. C.; Biklen, S. (1994) *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 134-301.

Blair, M. M.; Wallman, S. M. H. (2000) *Unseen wealth: Report of the Brookings task force on understanding intangibles sources of value*. Washington, DC: The Brookings Institution Press.

Boekestein (2006) "The relation between intellectual capital and intangible assets of pharmaceutical companies", *Journal of Intellectual Capital*, 7 (2), 241–253.

Borges, A.; Rodrigues, A.; Rodrigues, R. (2014) *Elementos de contabilidade geral*. 26ª ed. Lisboa: Áreas Editora.

Callimaci, A.; Landry, S. (2004) "Market valuation of research and development spending under Canadian GAAP". *Canadian Accounting Perspectives*, 3 (1), 33-54.

Cañibano, L.; Sánchez, M.P. (2004) "Measurement, management and reporting on intangibles. State of the art", Cañibano, L. Sanchez, M.P. (Eds.), *Readings on Intangibles*.

Cañibano, L. (2012). "La relevancia de los intangibles en la información financiera" *Contaduría Universidad de Antioquia*. 60, 41-54.

Cazavan-Jeny, A.; Jeanjean T. (2006) "The negative impact of R&D capitalization: A value relevance approach" *European Accounting Review*. 15 (1), 37-61.

Cazavan-Jeny, A.; Jeanjean, T.; Joos, P. (2011) "Accounting choice and future performance: The case of R&D accounting in France". *Journal of Accounting and Public Policy*. 30, 145-165.

Ciprian, G.G., Valentin, R., Mădălina, G.I.A., & Lucia, V.V.M. (2012). "From visible to hidden intangible assets". *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 62, 682-688.

Comissao Europeia (2003). Study on the measurement of intangible assets and associated reporting practices.

Diefenbach, T. (2006) "Intangible resources: a categorial system of knowledge and other intangible assets". *Journal of Intellectual Capital*, Vol. 7 Iss: 3, pp.406 – 420.

Dinh, T., Kang, H.; Schultze, W. (2015) "Capitalizing Research & Development: Signaling or Earnings Management?". *European Accounting Review*, 1-29.

Edvinsson, L. (1997), "Developing intellectual capital at Skandia", *Long Range Planning*, 30 (3), 366-73.

Edvinsson L.; Sullivan P. (1996). "Developing a Model for Managing Intellectual Capital" *European Management Journal*. 14(4), 356 – 364.

Gu F.; Lev B. (2003) "Intangible Assets. Measurement, Drivers, Usefulness" Working paper #2003-05. Boston University School of Management Accounting.

Hassan, O. A.; Marston, C. (2010) "Disclosure measurement in the empirical accounting literature-a review article. Available at SSRN 1640598.

Healy, P. M.; Palepu, K. G. (2001) "Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature". *Journal of accounting and economics*, 31(1), 405-440.

Hunter, L.; Webster, E.; Wyatt, A. (2005) "Measuring intangible capital: A review of current practice" *Australian Accounting Review*, 15(2), 4–22.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2014) *Empresas em Portugal 2014*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Jones, D. A. (2007) "Voluntary Disclosure in R&D-Intensive Industries". *Contemporary Accounting Research*, 24(2), 489-522.

Kristandl, G.; Bontis, N. (2007) "Constructing a definition for intangibles using the resource based view of the firm". *Management Decision*, 45 (9), 1510 – 1524.

Krippendorff, K. (2004) *Content analysis: An introduction to its methodology*. SAGE.

La Rosa, F.; Liberatore, G. (2014) "Biopharmaceutical and chemical firms' R&D disclosure, and cost of equity: The impact of the regulatory regime". *European Management Journal*, 32, 806-820.

Lev, B.; Zarowin, P. (1999) "The boundaries of financial reporting and how to extend them" *Journal of Accounting Research*. 37(2), 353-385

Lopes, Ilídio T. (2008) *A problemática dos intangíveis – Análise do Setor da Aviação Civil em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em Gestão de Empresas. Universidade de Coimbra.

Lopes, Ilídio T. (2013a) *Contabilidade financeira. Preparação das Demonstrações Financeiras, sua divulgação e Análise*. Escolar Editora.

Lopes, Ilídio T. (2013b). *A gestão do capital intelectual e dos intangíveis na era do conhecimento*. Escolar Editora.

Martins, António (2010) *Justo valor e imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis. Aspetos financeiros, contabilísticos e fiscais*. Edições Almedina.

Nakamura, L. (2009) “Intangible assets and national income accounting: measuring a scientific revolution”, Working Paper, Federal Reserve Bank of Philadelphia, Philadelphia, PA.

Nekhili, M.; Boubaker, S.; Lakhal, F. (2012) “Ownership structure, voluntary R&D disclosure and market value of firms: the French case”. *International Journal of Business*, 17 (2).

OCDE (2002) *Frascati Manual. Proposed standard practice for surveys on research and experimental development* – ISBN 92-64-19903-9.

OCDE (2006) *Intellectual assets and value creation: Implications for corporate reporting*. Paris: Corporate Affairs Division, Directorate for Financial and Enterprise Affairs.

Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. (2013) *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2ª Edição – Editora Feevale

Projeto MERITUM (2002) Guidelines for Managing and Reporting on Intangibles (Intellectual Capital Report). Editores; Cañibano, L., Sanchez, P.; Garcia-Ayuso, M.; e Chaminade, C. Fundación Airtel Móvil.

Silva, M. L. R. (2012). *Capital Intelectual: sua divulgação no setor bancário em Portugal*. Teses de Doutoramento. Universidade de Vigo.

Rodrigues, A. M. (2003). O Goodwill nas Contas Consolidadas: Uma Análise dos Grupos Não Financeiros Portugueses. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.

Shah, Z.A.S.; Liang, S.; Akbar, S. (2013) "International Financial Reporting Standards and the value relevance of R&D expenditures: Pre and post IFRS analysis" *International Review of Financial Analysis*, 30, 158–169

Silva, E.S. (2014). *Ativos Intangíveis - Abordagem contabilística, fiscal e auditoria*. Vida Economica, pag. 27.

Stewart, T. A. (1997). *Intellectual Capital: The New Wealth of Organizations*. Doubleday/Currency, New York, NY.

Stewart, T. A. (1999) *Capital Intelectual, A nova riqueza das organizações*. Strategic Direction (2006), "World-wide R&D". Emerald Group Publishing Limited 22 (3), 30 – 32, ISSN 0258-0543.

Sveiby, K.E. (1997) *The New Organizational Wealth: Managing and Measuring Knowledgebased Assets*. Berrett-Koehlen, New York, NY.

Taylor, S.; Bodgan, R.; DeVault, M. (2015) *Introduction to qualitative research methods: A Guidebook and Resource – 4ª Edição*. John Wiley & Sons.

Urquiza, F. B.; Navarro, M. C. A.; Trombetta, M. (2009) "Disclosure indices design: does it make a difference?" *Revista de contabilidade*, 12(2), 253-277.

Vieira, R.; Major, M. (2012) *Contabilidade e controlo de gestão: Teoria, metodologia e prática*. Lisboa: Escolar Editora.

Wang, Y.; Fan, W. (2014) "R&D reporting methods and firm value: evidence from China", *Chinese Management Studies*, 8 (3), 375 – 396.

Zhao, R. (2002) "Relative value relevance of R&D reporting: An international comparison." *Journal of international financial management & accounting*, 13(2): 153 -174.

Zéghal D.; Maaloul A. (2011) “The accounting treatment of intangibles – A critical review of the literature”. *Accounting Forum* 35, 262 – 274.